



**CADASTRO GERAL
DE CONTRIBUINTES**
(Pessoas Jurídicas)

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Comissão de Reforma do Ministério da Fazenda

SETOR DE DOCUMENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTERNACIONAL
Rua da Quitanda, 15, 11.º andar — Telefones 31-3140 e 31-3689
RIO DE JANEIRO — GB

Coordenador, BENEDICTO SILVA; Chefe do Subsetor de Documentação, ANA MARIA BERNARDES GOFFI MARQUESINI; Assistentes, RUY VIANNA e TE-REZINHA DE JESUS SANTOS.

LISTA DE PUBLICAÇÕES

Esgotadas

Maio/1964	— N.º 1	— Relatório Preliminar
Novembro/1964	— N.º 2	— O Processo Tributário
Abril/1965	— N.º 3	— Anteprojeto de Código do Imposto de Renda
Junho/1965	— N.º 4	— O Sistema Tributário Brasileiro
Julho/1965	— N.º 6	— Reforma da Discriminação Constitucional de Rendas
Agosto/1965	— N.º 7	— Lei do Imposto de Consumo
Agosto/1965	— N.º 8	— Departamento de Arrecadação
Agosto/1965	— N.º 9	— Serviço Federal de Processamento de Dados
Setembro/1965	— N.º 4	— O Sistema Tributário Brasileiro (2.ª impressão)
Setembro/1965	— N.º 13	— Regulamento do Imposto de Consumo
Setembro/1965	— N.º 10	— Imposto do Sêlo

Em distribuição

Junho/1965	— N.º 5	— The Tax System of Brazil
Novembro/1965	— N.º 9	— Serviço Federal de Processamento de Dados (2.ª edição, revista e aumentada)
Novembro/1965	— N.º 11	— Regimento do Departamento do Imposto de Renda
Dezembro/1965	— N.º 15	— Arrecadação pela Rede Bancária
Dezembro/1965	— N.º 16	— Cadastro Geral de Contribuintes (Pessoas Jurídicas)

No prelo

N.º 12	— Imposto de Renda
N.º 14	— Dicionário do Imposto de Consumo

ADVERTÊNCIA

AS PUBLICAÇÕES DA COMISSÃO DE REFORMA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA E AS CLIENTELAS A QUE SE DESTINAM

As publicações da Comissão de Reforma do Ministério da Fazenda dividem-se em duas categorias:

1. *Anteprojetos de Leis, de Regulamentos, de Regimentos e respectivas Exposições de Motivos, que são submetidos, em primeiro lugar, à aprovação do titular da pasta e, depois, aos escalões superiores, Presidência da República e Congresso Nacional, conforme o caso;*

2. *estudos, diplomas legislativos, ementários, manuais e outros documentos da mesma família, originariamente destinados às autoridades e servidores do Ministério da Fazenda responsáveis pelo cumprimento das leis fiscais do País.*

O critério seguido na distribuição (sempre gratuita e espontânea) das publicações da Comissão baseia-se, obviamente, nas afinidades entre o respectivo texto e a natureza das funções das entidades, autoridades e servidores públicos a que cada publicação é enviada.

De tôdas as publicações, a Comissão remete exemplares à Presidência da República, à Casa Civil, ao Gabinete Militar, ao Serviço Nacional de Informações, a todos os Ministros de Estado, às duas Casas do Congresso, aos Órgãos do Poder Judiciário (Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Recursos, Tribunal de Contas), assim como aos Governadores de Estado, aos Presidentes das Assembléias Legislativas estaduais, aos Secretários de Fazenda e aos Prefeitos das Capitais.

Quando se trata de Anteprojetos, ou estudos de que poderão resultar Anteprojetos de Lei, enviam-se exemplares a cada

Deputado e a cada Senador, assim como às bibliotecas de ambas as Casas do Legislativo. Quando se trata de textos de leis ou regulamentos fiscais, com os respectivos índices analíticos, a clientela preferencial compõe-se, naturalmente, dos Agentes Fiscais, dos Delegados Regionais, enfim, dos representantes do Fisco Federal na Capital e nos Estados.

Além disso, em todos os casos, são distribuídos exemplares às principais bibliotecas do País, assim como às Embaixadas dos países que mantêm relações diplomáticas com o Brasil. As Associações Comerciais, as Federações de Indústria, a Associação Brasileira de Municípios e os Sindicatos Profissionais recebem, igualmente, as publicações da Comissão.

Devido a sua natureza especializada e ao elevado custo do papel e mão-de-obra gráfica, a tiragem de cada publicação é determinada de acôrdo com a estimativa do número de entidades, autoridades e funcionários que, a juízo da Comissão, têm interesse em conhecer ou pelo menos acompanhar os seus trabalhos.

Fora dos círculos oficiais enumerados, a Comissão tem enviado suas publicações aos principais jornais do País, às Universidades e, excepcionalmente, a escolas, professores e estudantes brasileiros e estrangeiros, que manifestam interesse em recebê-las.

A demanda crescente das publicações, que já está passando a agressiva, começa, entretanto, a afetar a sua distribuição, dificultando à Comissão o cumprimento estrito da obrigação de documentar e expor, à crítica das autoridades e dos órgãos interessados, os estudos, projetos e recomendações de sua autoria.

Ficam, assim, explicadas as razões por que freqüentemente a Comissão se vê impossibilitada de atender, no todo, ou em parte, a numerosos pedidos de publicações que recebe.

No caso das publicações esgotadas, cujos números e títulos aparecem no alto da lista, tais pedidos, além de inteiramente inúteis, apenas produzem o efeito negativo de perturbar os trabalhos da Comissão e onerar o tempo de seu pessoal.

COMISSÃO DE REFORMA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

QUADRO DIRIGENTE

<i>Presidente</i> Luiz Simões Lopes	— Presidente da Fundação Getúlio Vargas
<i>Presidente Substituto</i> Alim Pedro	— Diretor-Executivo da Fundação Getúlio Vargas
<i>Coordenador-Geral</i> Gerson Augusto da Silva	— Técnico de Economia e Finanças — MF. Representante do Ministério da Fazenda

CONTRÔLE DA EXECUÇÃO DOS PROJETOS

<i>Responsável</i> Benedicto Silva	— Assessor para Assuntos Legislativos — DASP. Professor da Escola Brasileira de Administração Pública — FGV
---------------------------------------	--

SETOR DE AUTOMAÇÃO

<i>Coordenador</i> Elson dos Santos Mattos	— Técnico de Mecanização — IBGE
---	---------------------------------

SETOR DE DOCUMENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTERNACIONAL

<i>Coordenador</i> Benedicto Silva

SETOR DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

<i>Coordenador</i> Syndoro Carneiro de Souza	— Diretor da Divisão de Edifícios Públicos do DASP
---	--

SETOR DE LEGISLAÇÃO

<i>Coordenador</i> Arthur Ribeiro da Silva Filho	— Oficial de Administração — MF
---	---------------------------------

SETOR DE ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS

Coordenador
Werner Grau

— Agente Fiscal de Rendas Internas
— MF

SETOR DE RECURSOS HUMANOS

Coordenador
Antônio Amilcar de Oliveira Lima — Técnico de Administração — Go-
vêrno do Estado de São Paulo

EQUIPE DE REFORMA DO IMPÔSTO ADUANEIRO

Coordenador
Oswaldo da Costa e Silva — Agente Fiscal do Impôsto Aduanei-
ro — MF

EQUIPE DE REFORMA DO IMPÔSTO DE RENDA

Coordenador
Guilherme dos Santos Deveza — Agente Fiscal do Impôsto de Renda
— MF

EQUIPE DE REFORMA DOS IMPOSTOS DO SÊLO E DE CONSUMO

Coordenador
Rossini Thalez Couto — Agente Fiscal de Rendas Internas
— MF

ESCRITÓRIO REGIONAL EM SÃO PAULO

Coordenador
Astério Dardeau Vieira — Técnico de Administração — DASP

SECRETARIA-EXECUTIVA

Secretária-Executiva
Maria Joana de Almeida Fernandes — Agente Fiscal do Impôsto de Renda
— MF

QUADRO TÉCNICO

CONTRÔLE DA EXECUÇÃO DOS PROJETOS

Assessôra
Maria Cleônia Macedo de Castro Freire — Professôra da EBAP — FGV

SETOR DE AUTOMAÇÃO

Encarregados
Edmundo Massadar — Estatístico — IBGE
Erton Pimenta Bastos — Escrevente-Datilógrafo — MF
Heitor da Câmara Vellozo — Estatístico — IBGE
Oswaldo Ney Soares Carneiro — Técnico de Seguros — IRB

Assistentes

Gilzele Lygia Tenório de Melo
Lione Spivak
Norton Tavares da Cunha Melo

— Engenheiro — DASP

Programadores

Antônio Sérgio de Freitas Leite
Duílio Cameron
Eliane Bretas Estêves

— Programador — SNR

Programador-Auxiliar

Luiz Carlos Borges Delgado

— Escrevente-Datilógrafo — MF

Desenhista

Everton Pimenta Bastos

Estatístico

Francisco Alves de Sá

Auxiliar

Cláudio Dantas Pinto Pessoa

— Escrevente-Datilógrafo — MF

**SETOR DE DOCUMENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA
INTERNACIONAL**

Chefe do Subsetor de Documentação

Ana Maria Bernardes Goffi Marquesini — Auxiliar de Pesquisa — FGV

Assistentes

Ruy Vianna
Terezinha de Jesus Santos

— Redator da Rádio Nacional
— Oficial de Administração — MJNI

Chefe do Subsetor de Assistência Técnica Internacional

Arthur Soares Xavier Ferreira

— Fiel do Tesouro — MF

Assistentes

Arlete Muller
Giselle Muller
Lygia Mendes Corrêa
Neusa Timponi

— Fiel do Tesouro — MF
— Fiel do Tesouro — MF

Neusa Timponi

— Agente Fiscal do Imposto de Ren-
da — MF

Pedro Novais Lima

— Agente Fiscal de Rendas Internas
— MF

Yedda Berlink do Rêgo Macedo

— Fiel do Tesouro — MF

SETOR DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Assistente

Antônio José Arêas Ribeiro

— Desenhista — ETUB

SETOR DE LEGISLAÇÃO

Consultor-Especial

Pedrylvio Francisco Guimarães Ferreira

— Procurador da Fazenda Nacional —
MF

Assessor Jurídico

Gilberto Câmara Moog

— Procurador de 1.^a categoria — Pre-
feitura do D. F.

Chefe de Equipe

Luíza Villela de Andrade da Silva — Oficial de Administração — MF

Assistentes

Ana Luíza da Silva Barbosa — Oficial de Administração — MF

Milton Acácio de Araújo — Oficial de Administração — MEC

Rubens Lopes Oureiro — Oficial de Administração — MF

Auxiliares

Maria Tatiana da Gama Barandier — Escrevente-Datilógrafa — MF

Sérgio Cardoso da Costa — Escrevente-Datilógrafa — MF

SETOR DE ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS***Consultor Especial***

Álvaro Brandão — Contador — MF

Assessores

Daisy Florie Passarinho Pereira — Técnico de Administração — DASP
Professora da EBAP — FGV

Hélio Magalhães Escobar — Técnico de Administração — DASP

Chefe de Equipe

Maria Lúcia Baena Machado Silva — Agente Fiscal do Imposto de Renda — MF

Assistentes

Carmem de Oliveira Santos — Arquivista — MF

Francisco Queiroz de Carvalho — Exator Federal — MF

Gilberto Monteiro da Silva — Exator Federal — MF

Liliana Weinberger

Rosa Caroli — Agente Fiscal do Imposto de Renda — MF

Estagário

Gerson Alves Cabral — Aluno da EBAP — FGV

SETOR DE RECURSOS HUMANOS***Assessora Especial***

Elcah Meirelles Gonçalves Barreto — Diretora da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento do DASP

Assessor

Cid de Castro Freire — Técnico de Administração da RFFSA

Chefes de Equipe

Júlio de Almeida França — Oficial de Administração — MF

Marly Ferreira Pinto

Sônia Celli

EQUIPE DE REFORMA DO IMPÔSTO ADUANEIRO***Consultor Especial***

Armindo Corrêa da Costa — Agente Fiscal do Imposto Aduaneiro — MF

Assessôres

Augusto César Cardoso

— Funcionário da CACEX — Banco do Brasil

Eduardo Abrahão

— Estatístico — MF

João Fernandes de Almeida

— Estatístico — MF

Luiz Emygdio Pinheiro da Câmara

Moacir de Matos Peixoto

— Agente Fiscal do Impôsto Aduaneiro — MF

Néa Lopes Monteiro Sacco

— Agente Fiscal do Impôsto Aduaneiro — MF

Assistente

Débora Sampaio

— Escriturária — MME

EQUIPE DE REFORMA DO IMPÔSTO DE RENDA**Assessôres Especiais**

Leo Leite Costa

— Agente Fiscal do Impôsto Aduaneiro — MF

Noé Winkler

— Agente Fiscal do Impôsto de Renda — MF

Assessôras

Estela Feijó Cardoso

— Agente Fiscal do Impôsto de Renda — MF

Germânia Bastos

— Agente Fiscal do Impôsto de Renda — MF

Helena da Costa Rodrigues

— Agente Fiscal do Impôsto de Renda — MF

Maria do Carmo Almeida Rohr

— Agente Fiscal do Impôsto de Renda — MF

EQUIPE DE REFORMA DOS IMPOSTOS DO SÊLO E DE CONSUMO**Assessôres**

Benjamin Segismundo de Jesus Roriz

— Agente Fiscal de Rendas Internas — MF

Durval Ferreira de Abreu

— Agente Fiscal de Rendas Internas — MF

Elio Rothe

— Agente Fiscal de Rendas Internas — MF

Hernandes de Araújo Pinto

— Agente Fiscal de Rendas Internas — MF

Manoel Jacintho da Rocha Ficher

— Agente Fiscal de Rendas Internas — MF

Múcio Tôrres Carrilho

— Fiscal Auxiliar de Impostos Internos — MF

Otacílio Silva da Silveira

— Agente Fiscal de Rendas Internas — MF

Otto Garcindo de Sá

— Agente Fiscal de Rendas Internas — MF

ESCRITÓRIO REGIONAL EM SÃO PAULO**Consultor Especial**

Henrique Silveira de Almeida

— Assistente da Escola Politécnica de São Paulo

Chefe de Equipe

Geraldo Pinheiro Machado

— Técnico de Administração — DASP

Engenheiro Especialista em Mecanização

Salvador Perroti

Engenheiro-Auxiliar

Fukuhara Takatika

Técnicos de Organização

Ernesto Luigi Carmine de Ambrosio

Flávio Reis Cintra

Hélcio Ferreira Borba

Luiz Lorenzo Rivera

Maria Lúcia Lorenzo Rivera

Técnico-Auxiliar de Organização

Fernando Castro Aguiar

Assistente de Organização

Cássio Moraes

— Agente Fiscal de Rendas Internas
— MF

Técnicos de Pessoal

Antônio Carlos Bernardo

Carlos Luiz M. da Silva Gonçalves

Evelyn Naked Castro Sá

Iêda Marques Brito

Assistente de Instalações e Equipamentos

Gaspar Debelian

— Engenheiro — MF

QUADRO ADMINISTRATIVO

SETOR DE ADMINISTRAÇÃO GERAL NA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Chefe da Divisão de Contabilidade

Luiz Sidney Vidal do Couto

Assessor Contábil

Gabriel Mamoré N. P. de Melo

Chefe do Serviço de Material

Albertino Ferro da Silva

SECRETARIA-EXECUTIVA

Chefes de Equipe

Waldemar Chamarelli

Maria de Lourdes Rodrigues Diniz

— Oficial de Administração — MF

— Oficial de Administração — DASP

Assistentes

Esther Silva Ramos

Maria Orfila Melo

Sabino Pereira da Silva

— Oficial de Administração — DASP

— Escrevente — MF

— Escrevente-Datilógrafo — MF

Taquígrafas

Irene Pereira de Souza
Yvonne de Moraes

— Taquígrafa — MF
— Taquígrafa — MF

Datilógrafas

Anita Sant'Ana
Atir Valente Bittencourt
Carmen Gomes
Celeste Serrano do Amaral
Cismélia Ribeiro Brasil
Dalva Lima Costa
Edna Rodrigues Paixão
Erimita Benevides Kolesza
Jader Alcântara Vieira
Joanna Silva Braga
Luíza Costa
Rharia Diehl Travassos
Therezinha Baptista Costa
Vera Maria Ornellas Chaves

— Escrevente-Datilógrafa — MJNI
— Datilógrafa — MF
— Datilógrafa — DASP
— Oficial de Administração — MF
— Escrevente-Datilógrafa — MF
— Escriturária — MF
— Datilógrafa — MF
— Datilógrafa — MF
— Adjunto de Administração — FGV
— Escriturária — DASP
— Datilógrafa — DASP
— Escrevente-Datilógrafa — MF
— Oficial de Administração — MF

SETOR DE DOCUMENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTERNACIONAL

Assistente Administrativo

Eunice Magalhães Marques

Assistente

Losver A. Werneck Pontual Machado — Oficial de Administração — MF

Recepcionista

Elizabeth Helena Lamoglia Braga

Datilógrafa

Maria Neusa Brasil Quartin

— Datilógrafa — MJNI

Secretárias

Maria Eunice Mureb Marques
Marlene Gleizer

ESCRITÓRIO REGIONAL DE SÃO PAULO

Auxiliar de Administração

Marcos Antônio da Silva Gonçalves

Secretária

Maria Celeste Martins Ferreira Gomes

Datilógrafas

Carmen Lacerda Guaraciaba
Charlotte Ursula Bernt
Hilda Pietrykowski

CONSULTORES TÉCNICOS INTERNACIONAIS

MISSÃO ESPECIAL

Carl S. Shoup

— Professor da Columbia University,
New York

GRUPO PERMANENTE

*(Tax Administration Advisory Team do Tesouro Americano,
enviado sob os auspícios da USAID)*

Diretor

George J. Leibowitz

— Especialista em administração fiscal

Subdiretor

Paul T. Maginnis

— Especialista em problemas de regulamentação de leis tributárias

Assistentes

Edward J. Lewis

— Especialista em planejamento de sistemas de processamento eletrônico de dados

Hyman P. Moldover

— Especialista em problemas de auditoria e investigação fiscal

Patrick F. Keaney

— Especialista em problemas de arrecadação

Stanley Stein

— Especialista em problemas de auditoria fiscal

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

COMISSÃO DE REFORMA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTES

(PESSOAS JURÍDICAS)

16

1965

ÍNDICE

Apresentação	XVII
--------------------	------

PARTE I

INSTITUIÇÃO DO CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTES (Pessoas Jurídicas)

1 — <i>Lei N.º 4.503</i> , de 30 de novembro de 1964	5
CAP. I — Do Cadastro Geral de Pessoas Jurídicas	5
CAP. II — Do Departamento de Arrecadação	7
2 — <i>Exposição de Motivos</i> , com que o Ministro da Fazenda submeteu ao Presidente da República o anteprojeto de criação do Cadastro Geral de Contri- buintes	11
3 — <i>Mensagem</i> do Presidente da República ao Congresso Nacional ..	15

PARTE II

REGIMENTO DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO

<i>Decreto N.º 55.771</i> , de 19 de fevereiro de 1965	21
CAPÍTULO I — Da Finalidade	21
CAPÍTULO II — Da Organização	22
CAPÍTULO III — Da Competência dos Órgãos	23
Seção 1.ª — Dos Órgãos Centrais	23
Seção 2.ª — Das Delegacias Regionais	24
Seção 3.ª — Das Delegacias Seccionais	25
Seção 4.ª — Das Exatorias Federais	25
CAPÍTULO IV — Das Atribuições de Pessoal	26

PARTE III

REGULAMENTO DO CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTES (Pessoas Jurídicas)

<i>Decreto N.º 57.307, de 23 de novembro de 1965</i>	31
CAPÍTULO I — Do Cadastro Geral de Contribuintes	31
CAPÍTULO II — Das Pessoas Obrigadas à Inscrição no Cadastro	32
CAPÍTULO III — Do Número de Inscrição	33
CAPÍTULO IV — Da Inscrição	34
CAPÍTULO V — Da Alteração e Baixa da Inscrição	36
CAPÍTULO VI — Disposições Gerais	37
CAPÍTULO VII — Disposições Finais e Transitórias	39
Modelo I	41/42
Modelo II	43
Modelo III	44
Modelo IV	45

PARTE IV

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO

<i>Instrução de Serviço N.º 11, de 10 de dezembro de 1965</i>	53
Modelo "A"	encarte entre 66/67
Modelo "B"	67
Modelo "C"	68
Modelo "D"	69
INDÍCE ANALÍTICO	73

APRESENTAÇÃO

Um moderno sistema fiscal, que faculte às autoridades responsáveis e facilite ao contribuinte o rigoroso cumprimento das leis tributárias, pressupõe a existência de, entre outros, dois instrumentos de trabalho:

- 1. um sistema de processamento eletrônico de dados;*
- 2. um cadastro completo e fidedigno dos contribuintes.*

Por proposta da Comissão de Reforma do Ministério da Fazenda, o titular desta Pasta encampou e submeteu ao Presidente da República, o Chefe do Poder Executivo encaminhou ao Congresso e este aprovou a Lei n.º 4.516, de 1.º de dezembro de 1964, que cria o Serviço Federal de Processamento de Dados, cuja finalidade precípua é submeter a tratamento eletrônico os fatos e informações relativos às declarações de renda, às guias de recolhimento, ao lançamento, ao pagamento, à liquidação e a outras fases do processo tributário.

Vinculado ao Ministério da Fazenda, o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) dispõe de flexibilidade de ação suficiente para lhe garantir existência e funcionamento como empresa particular, embora su-

jeita à fiscalização por parte do Tribunal de Contas da União.

Igualmente por proposta da Comissão de Reforma do Ministério da Fazenda foi criado, pela Lei n.º 4.503, de 30 de novembro de 1964, o Cadastro Geral de Contribuintes (pessoas jurídicas) que constitui, por assim dizer, o reverso da medalha, isto é, o instrumento complementar do tratamento eletrônico de dados.

A partir de 1.º de janeiro de 1966, o Ministério da Fazenda passará a dispor desses dois eficazes instrumentos de administração. O Serviço Federal de Processamento de Dados, já instalado e em funcionamento, inclusive participando na administração fazendária, através da preparação de fôlhas de pagamento, e na fiscal, através de preparação de dados para a arrecadação de impostos por intermédio da rede bancária, passará a desempenhar papel gradativamente mais importante no Ministério da Fazenda, especialmente no que respeita à fiscalização dos contribuintes, à verificação das declarações de renda e outros documentos da mesma natureza e ao controle interno e externo da arrecadação.

A fim de poder desempenhar satisfatoriamente suas funções, o SERPRO contará com o acervo de informações reunidas no Cadastro Geral de Contribuintes, cuja administração está a cargo do Departamento de Arrecadação, também criado em 1964, precisamente na lei que instituiu o Cadastro.

A finalidade precípua do Cadastro Geral de Contribuintes (pessoas jurídicas) é alimentar o controle eletrônico, direto ou indireto, das transações do contribuinte, realizadas em uma ou em diferentes partes do território nacional e abrangendo um ou mais ramos comerciais e industriais. A existência de um bom cadastro de contribuintes leva as empresas bem organizadas e bem assessoradas a diligenciar ao extremo por cumprir rigorosamente as leis tributárias.

Sòmente quando existe um repositório fidedigno de informações fiscais, espécie de memória institucional do fisco, pode dizer-se que “a honestidade é a melhor política” para o contribuinte.

Os contadores e os especialistas em legislação tributária que assessoram os bancos, as empresas industriais e as pessoas jurídicas em geral, sabem, tão bem quanto o pessoal do fisco, que a intervenção dessa memória institucional — o cadastro de contribuintes — conduz necessariamente, mais cedo ou mais tarde, à descoberta de quaisquer infrações contra a Fazenda Pública, especialmente nos casos de sonegação e evasão.

Os documentos constantes desta publicação, todos originários dos trabalhos da Comissão de Reforma do Ministério da Fazenda, constituem o veículo oficial da existência e do funcionamento do Cadastro Geral de Contribuintes do fisco federal.

Para facilitar a compreensão da legislação pertinente, esta publicação apresenta (vide índice para maiores detalhes) as partes da lei, os capítulos e artigos do Regimento do Departamento de Arrecadação, o Regulamento do Cadastro Geral de Contribuintes e a Instrução de Serviço n.º 11, de 10 de dezembro de 1965, baixada pelo Diretor do Departamento de Arrecadação e que complementa o Regulamento do Cadastro, os respectivos formulários e um índice analítico.

Finalmente, cabe esclarecer que esta publicação se destina por igual ao fisco e aos contribuintes. A Comissão de Reforma do Ministério da Fazenda fará distribuí-la amplamente, através das Federações de Indústrias, Associações Comerciais, Sindicatos de Banqueiros, Sindicatos profissionais etc., para conhecimento e proveito dos interessados e do público em geral.

PARTE I

**INSTITUIÇÃO DO CADASTRO
GERAL DE CONTRIBUINTES
(PESSOAS JURÍDICAS)**

1

**LEI N.º 4.503, de
30 de novembro de 1964**

LEI N.º 4.503 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964

*Institui, no Ministério da Fazenda,
o cadastro geral de pessoas jurídicas,
cria o Departamento de Arrecadação
e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO CADASTRO GERAL DE PESSOAS JURÍDICAS

Art. 1.º É instituído, no Ministério da Fazenda, o cadastro geral de contribuintes, no qual obrigatoriamente se registrarão as firmas individuais e demais pessoas jurídicas de direito privado, inclusive as domiciliadas no exterior que possuam capitais aplicados no País.

§ 1.º O cadastro geral conterá as informações indispensáveis à identificação, localização e classificação das pessoas jurídicas e seus estabelecimentos e será administrado pelo Departamento de Arrecadação, na forma do Capítulo II desta Lei.

§ 2.º O cadastro geral previsto neste artigo não exclui a existência de cadastros especiais, nos órgãos competentes, com as informações complementares que se tornem indispensáveis

à administração, controle e fiscalização de cada um dos tributos federais.

Art. 2.º O registro de que trata o artigo anterior será requerido em formulário próprio, apresentado aos órgãos competentes do Ministério, com as indicações e nos prazos estabelecidos em Regulamento.

Parágrafo único. Os dados do registro serão atualizados, igualmente, mediante requerimento em formulário próprio, dentro de 30 (trinta) dias da ocorrência do fato determinante da alteração.

Art. 3.º O pedido de registro das pessoas jurídicas será instruído com os documentos comprobatórios de sua existência legal.

Art. 4.º As pessoas jurídicas e seus estabelecimentos receberão um número cadastral básico, de caráter permanente, que as identificará em todas as suas relações com os órgãos do Ministério da Fazenda.

Parágrafo único. O número referido neste artigo poderá ser adicionado de códigos numéricos complementares, quando indispensáveis à administração de determinados tributos.

Art. 5.º O número cadastral básico das pessoas jurídicas e seus estabelecimentos constará obrigatoriamente:

I — dos documentos que apresentarem às repartições públicas, autarquias e estabelecimentos de crédito da União;

II — dos contratos que firmarem no País;

III — das publicações de seus balanços e contas de resultado;

IV — dos livros, notas fiscais e demais documentos exigidos pela legislação tributária federal;

V — dos invólucros, rótulos e embalagens dos produtos gravados por impostos federais.

Parágrafo único. A cada um dos estabelecimentos das pessoas jurídicas será fornecido um “Certificado de Registro”, que

será mantido no estabelecimento a que se referir, em lugar visível, à disposição da fiscalização.

Art. 6.º Será requerida a baixa do registro das pessoas jurídicas quando de sua extinção.

Art. 7.º O Poder Executivo promoverá a celebração de convênios com os Estados e Municípios para intercâmbio de informações fiscais e generalização do sistema de número cadastral básico, previsto nesta Lei.

Art. 8.º A falta de cumprimento das obrigações previstas neste capítulo sujeita o infrator às multas estabelecidas na legislação do Imposto de Consumo para a inobservância de obrigações acessórias.

Parágrafo único. São competentes para a imposição de penalidades as autoridades julgadoras de primeira instância dos órgãos competentes do Ministério da Fazenda.

Art. 9.º O sistema de registro estabelecido nesta Lei substituirá, no que couber e à medida em que fôr sendo implantado, a "Patente de Registro" de que trata o Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 45.422, de 12 de fevereiro de 1959, a inscrição de pessoas jurídicas decorrente da aplicação da legislação do Imposto de Renda e o registro de importadores e exportadores, previsto nas leis e regulamentos aduaneiros.

CAPÍTULO II

DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO

Art. 10. Fica criado, no Ministério da Fazenda, diretamente subordinado à Direção-Geral da Fazenda Nacional, o Departamento de Arrecadação, competindo-lhe especificamente:

.....

III — proceder à inscrição das pessoas jurídicas e administrar o sistema de número cadastral básico, a que se refere o Capítulo I desta Lei;

.....

Art. 22. Esta Lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1965, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de novembro de 1964; 143.º da Independência e 76.º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octávio Gouveia de Bulhões

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

**com que o Ministro da Fazenda
submeteu ao Presidente da Repú-
blica o anteprojeto de criação do
Cadastro Geral de Contribuintes**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

O anexo anteprojeto de lei que tenho a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência institui o cadastro geral de contribuintes, cria, subordinado à Direção-Geral da Fazenda Nacional, o Departamento de Arrecadação e dá outras providências de interesse para o controle e fiscalização dos tributos federais.

2. A instituição do cadastro geral objetiva a unificação, em forma de código decimalizado, do número de identificação de todas as firmas e sociedades que sejam contribuintes de impostos federais.

3. Esse sistema unificado de codificação numérica constitui uma exigência dos modernos métodos de processamento eletrônico de dados, que o Ministério da Fazenda pretende utilizar em larga escala no controle dos tributos federais.

4. Os planos a respeito já estão em fase adiantada de preparação a cargo da Comissão de Reforma do Ministério e sua implantação, a partir de 1965, está apenas na dependência da necessária autorização legal.

5. Além da unificação do número cadastral básico, relativamente a todos os tributos federais, o anteprojeto prevê também a extensão do sistema, mediante convênio, aos impostos estaduais e municipais, como providência fundamental destinada

a propiciar melhor entrosamento do fisco dos três níveis de governo no combate à sonegação.

6. O cadastro geral será administrado pelo Departamento de Arrecadação, cuja criação se propõe.

7. A rede de órgãos incumbidos da arrecadação e recolhimento dos tributos federais é, hoje, representada pela Seção de Arrecadação das três Recebedorias Federais, pelas Tesourarias das Alfândegas e por quase duas mil Coletorias e outras agências arrecadadoras, espalhadas por todo o território nacional.

8. Esses órgãos encontram-se, no momento, totalmente desarticulados, sem unidade de comando e orientação, com os mais graves inconvenientes para a administração fazendária.

9. O Departamento de Arrecadação atuará como órgão de apoio dos departamentos específicos, incumbidos do controle e fiscalização das rendas aduaneiras, do imposto de renda e das demais rendas internas.

10. Finalmente propõe-se, no anteprojeto anexo, uma uniformização dos vários regimes atuais de participação de funcionários no produto das multas por infração das leis fiscais, instituindo uma tabela decrescente em relação ao valor das penalidades e, a título de estímulo, eliminando o teto ora vigente em relação aos tributos cuja arrecadação apresente crescimento em termos reais.

Encarecendo a Vossa Excelência a importância e urgência das medidas propostas no referido anteprojeto, aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito.

Octávio Gouveia de Bulhões
Ministro da Fazenda

**MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA
AO CONGRESSO NACIONAL**

MENSAGEM N.º 493-64

Senhores Membros do Congresso Nacional:

Na forma do art. 67 da Constituição Federal e art. 4.º do Ato Institucional, tenho a honra de apresentar a Vossas Excelências o anexo anteprojeto de lei que institui o cadastro geral de contribuintes, cria o Departamento de Arrecadação e dá outras providências de interesse para o controle e fiscalização dos tributos federais.

2. A instituição do cadastro geral objetiva a unificação, em forma de código decimalizado, do número de identificação de todas as firmas e sociedades que sejam contribuintes de impostos federais.

Esse sistema unificado de codificação numérica constitui exigência dos modernos métodos de processamento eletrônico de dados, que o Ministério da Fazenda pretende utilizar em larga escala no controle dos tributos federais.

Os planos a respeito já estão em fase adiantada de preparação a cargo da Comissão de Reforma do Ministério e sua implantação, a partir de 1965, está apenas na dependência da necessária autorização legal.

3. Além da unificação do número cadastral básico, relativamente a todos os tributos federais, o anteprojeto prevê também a extensão do sistema, mediante convênio, aos impostos es-

taduais e municipais, como providência fundamental destinada a propiciar melhor entrosamento do fisco dos três níveis de governo no combate à sonegação.

4. A rede de órgãos incumbidos da arrecadação e recolhimento dos tributos federais é, hoje, representada pela Seção de Arrecadação das três Recebedorias Federais, pelas Tesourarias das Alfândegas e por quase duas mil Coletorias e outras agências arrecadadoras, espalhadas por todo o território nacional. Esses órgãos encontram-se, no momento, totalmente desarticulados, sem unidade de comando e orientação, com os mais graves inconvenientes para a administração fazendária.

Impõe-se, pois, a criação de um Departamento de Arrecadação que, além de responsabilizar-se pelo cadastro geral, atuará como órgão de apoio dos departamentos incumbidos do controle e fiscalização das rendas aduaneiras, do imposto de renda e das demais rendas internas.

5. Propõe-se, finalmente, no anteprojeto anexo, a uniformização das várias modalidades de participação de funcionários no produto das multas por infração das leis fiscais, instituindo uma tabela decrescente em relação ao valor das penalidades e, a título de estímulo, eliminando o teto ora vigente em relação aos tributos cuja arrecadação apresente crescimento em termos reais.

Dada a urgência da matéria, pois as medidas consubstanciadas no anteprojeto devem entrar em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1965, torna-se necessário que a respectiva tramitação seja feita de acordo com o art. 4.º do Ato Institucional, baixado em 9 de abril do corrente ano, de modo que a nova lei fique ultimada dentro do prazo de 60 (sessenta) dias.

Brasília, 8 de outubro de 1964.

H. CASTELLO BRANCO

PARTE II

**REGIMENTO DO
DEPARTAMENTO
DE ARRECADAÇÃO**

**DECRETO N.º 55.771,
de 19 de fevereiro de 1965**

DECRETO N.º 55.771 — DE 19 DE FEVEREIRO DE 1965

Aprova o Regimento do Departamento de Arrecadação do Ministério da Fazenda, cria e extingue funções gratificadas.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição, e nos termos do art. 21 da Lei n.º 4.503, de 30 de novembro de 1964, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o Regimento do Departamento de Arrecadação do Ministério da Fazenda, que com este baixa.

.....

Art. 5.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de fevereiro de 1965; 144.º da Independência e 77.º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octávio Gouveia de Bulhões

REGIMENTO DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1.º O Departamento de Arrecadação (DAr), diretamente subordinado à Direção-Geral da Fazenda Nacional, tem por finalidade:

.....

III — proceder à inscrição das pessoas jurídicas e administrar o sistema de número cadastral básico;

.....

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2.º O Departamento de Arrecadação compõe-se de:

A — *Órgãos Centrais*:

.....

II — Divisão Técnica (DT), constituída de:

.....

c) Serviço de Cadastro (SC);

.....

B — *Órgãos Regionais*:

I — Delegacias Regionais de Arrecadação (DRAr), constituídas de:

.....

d) Seção de Cadastro (SCR);

.....

f) Seção Exattorial:

1 — Turma de Insctrição;

.....

II — Delegacias Seccionais de Arrecadação (DSAr), constituídas de:

.....

c) Seção de Cadastro;

.....

e) Seção Exattorial:

1 — Turma de Insctrição;

.....

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS

Seção 1.^a

Dos Órgãos Centrais

.....

Art. 10. A Divisão Técnica compete:

.....

III — Pelo Serviço de Cadastro:

a) organizar o Cadastro Geral de Contribuintes, instituído pela Lei n.º 4.503, de 30 de novembro de 1964;

b) dirigir, supervisionar e orientar, na forma que fôr estabelecida, os serviços de inscrição no Cadastro Geral das firmas individuais e demais pessoas jurídicas de direito privado, inclusive as domiciliadas no exterior, que possuam capitais aplicados no País;

c) articular-se com outros órgãos fazendários para intercâmbio de informações fiscais e generalização do sistema de número cadastral básico;

d) fornecer aos órgãos regionais dados apurados de outras fontes para atualização de seus cadastros;

e) elaborar modelos de formulários para inscrição e atualização desta no Cadastro Geral de Contribuintes;

f) executar os demais atos de administração do cadastro que lhe forem cometidos pelo Diretor.

.....

Seção 2.^a

Das Delegacias Regionais

.....

Art. 15. A Seção de Cadastro compete:

- a) manter o cadastro dos contribuintes sob jurisdição da Delegacia;
 - b) fornecer aos órgãos centrais dados para atualização do Cadastro Geral de Contribuintes;
 - c) executar outros serviços relacionados com a instrução de contribuintes e manutenção de cadastro, na forma das instruções emanadas do Diretor.
-

Art. 17. A Seção Exatorial compete, nos limites da Capital do Estado, sede da Delegacia:

I — Pela Turma de Inscrições:

- a) organizar e manter atualizado o cadastro de contribuintes domiciliados na área de sua jurisdição, com informações indispensáveis à identificação, localização e classificação das firmas individuais e demais pessoas jurídicas de direito privado, inclusive as domiciliadas no exterior, bem como de seus estabelecimentos;
 - b) efetuar a inscrição e a baixa de inscrição de contribuintes, de acordo com as normas de serviço e disposições do Regulamento de Cadastro;
 - c) autenticar os livros e demais documentos fiscais, previstos em lei, dos contribuintes registrados, exceto os das exigências de leis tributárias atribuídos a outros órgãos;
 - d) executar todas as tarefas relativas à inscrição e cadastro de contribuintes.
-

Seção 3.^a

Das Delegacias Seccionais

.....

Art. 21. A Seção de Cadastro compete:

- a) manter o cadastro dos contribuintes sob a jurisdição da Delegacia;
 - b) fornecer à Delegacia Regional dados para atualização do cadastro do contribuinte da área de jurisdição desta;
 - c) executar os demais atos de administração de cadastro, que lhe forem cometidos pelo Delegado.
-

Art. 23. A Seção Exatorial compete, nos limites da Capital do Estado sede da Delegacia Seccional, executar, por suas Turmas, as atribuições dos itens I e II do art. 17.

.....

Seção 4.^a

Das Exatorias Federais

Art. 25. As Exatorias Federais compete:

.....

- e) organizar e manter atualizado o cadastro do contribuinte sob jurisdição da Exatoria, efetuando as inscrições e baixas de acôrdo com as normas do serviço e disposições do Regulamento do Cadastro;
 - f) fornecer à Delegacia de sua jurisdição os dados necessários à manutenção e atualização do cadastro de contribuintes;
-

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DE PESSOAL

Art. 28. Ao Diretor do Departamento de Arrecadação incumbe:

.....

22) instalar as Turmas de Cadastro e de Arrecadação nas Exatorias que preencham as condições a que alude o § 2.º do artigo 5.º, depois de criadas as funções gratificadas necessárias;

.....

Brasília, em 19 de fevereiro de 1965; 144.º da Independência e 77.º de República.

H. CASTELLO BRANCO

PARTE III

**REGULAMENTO DO CADASTRO
GERAL DE CONTRIBUINTES
(PESSOAS JURÍDICAS)**

DECRETO N.º 57.307,
de 23 de novembro de 1965

DECRETO N.º 57.307 — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1965

*Aprova o Regulamento do Cadastro
Geral de Contribuintes, em relação
às pessoas jurídicas.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º 1, da Constituição, e nos termos do artigo 21 da Lei n.º 41.503, de 30 de novembro de 1964, decreta:

Art. 1.º É aprovado o Regulamento do Cadastro Geral de Contribuintes, que com este baixa, relativo às pessoas jurídicas.

Art. 2.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de novembro de 1965; 144.º da Independência e 77.º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octávio Gouveia de Bulhões

REGULAMENTO DO CADASTRO GERAL DE
CONTRIBUINTES A QUE SE REFERE O
DECRETO N.º 57.307, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1965

CAPÍTULO I

DO CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTES

Art. 1.º O cadastro geral de contribuintes, instituído pela Lei n.º 4.503, de 30 de novembro de 1964, compreenderá os ele-

mentos de identificação, localização e classificação das pessoas jurídicas e seus estabelecimentos, e será administrado pelo Departamento de Arrecadação do Ministério da Fazenda.

CAPÍTULO II

DAS PESSOAS OBRIGADAS A INSCRIÇÃO NO CADASTRO

Art. 2.º Serão obrigatoriamente inscritas no cadastro geral de contribuintes as pessoas jurídicas de direito privado, assim consideradas, também, as empresas individuais a elas equiparadas pela legislação do imposto de renda, as pessoas jurídicas estrangeiras que estejam autorizadas a funcionar no território nacional, bem como as autarquias e empresas públicas da União, obrigadas ao recolhimento de tributos federais.

Parágrafo único. Serão inscritas, voluntariamente ou *ex-officio*, as autarquias e empresas públicas, estaduais e municipais, que também estiverem sujeitas ao recolhimento de tributos federais.

Art. 3.º Considera-se estabelecimento, para os efeitos do disposto no art. 1.º, a dependência da pessoa jurídica localizada em unidade imobiliária autônoma e contínua.

Parágrafo único. Entende-se por unidade imobiliária autônoma e contínua:

- I — o terreno sem construção;
- II — o edifício, ou conjunto de edificações, na mesma área de terra;
- III — o pavimento, ou grupo de pavimentos contíguos, de um ou mais edifícios que se comuniquem internamente;
- IV — a loja, ou grupo de lojas, de um ou mais edifícios que se comuniquem internamente;
- V — a sala, ou conjunto de salas contíguas, do mesmo andar de um edifício;

VI — a parte de sala, de loja, de galpão, de pavimento, de edifício ou de área de terra.

CAPÍTULO III

DO NÚMERO DE INSCRIÇÃO

Art. 4.º Cada pessoa jurídica receberá, no cadastro geral de contribuintes, um número de inscrição.

§ 1.º Cada estabelecimento da pessoa jurídica usará o mesmo número desta, seguido do número de ordem que lhe foi atribuído, pela pessoa jurídica, no requerimento de inscrição.

§ 2.º Cada órgão de inscrição receberá, por ato do Diretor do Departamento de Arrecadação, uma faixa de números de inscrição, os quais serão reservados aos contribuintes sediados em sua jurisdição.

Art. 5.º O número de inscrição poderá ser ainda acrescido de código numérico complementar, quando êste fôr necessário ao controle de determinado tributo.

Art. 6.º O número de inscrição constará da ficha modelo I, de que trata o art. 8.º, e será mencionado obrigatoriamente pelo contribuinte, imediatamente, depois de inscrito:

I — nos papéis apresentados às repartições públicas federais, inclusive às autarquias, e estabelecimentos bancários controlados pela União;

II — nos atos e contratos firmados no País;

III — na publicação de atas, balanços e contas de resultados;

IV — nas faturas, notas fiscais, guias de recolhimento de tributos e demais efeitos comerciais e fiscais exigidos pela legislação federal;

V — no termo de abertura dos livros de escrituração;

VI — nos rótulos, invólucros e embalagens de produtos que, por exigência legal ou regulamentar, o contribuinte seja obrigado a marcar ou rotular.

Art. 7.º O número de inscrição somente será utilizado para novo registro depois de decorridos cinco anos da baixa da inscrição anterior.

Parágrafo único. Qualquer que seja o tempo decorrido da baixa do estabelecimento, o seu número de ordem não será utilizado para identificar outro estabelecimento da mesma pessoa jurídica.

CAPÍTULO IV

DA INSCRIÇÃO

Art. 8.º A inscrição no cadastro geral de contribuintes será efetuada na repartição do Departamento de Arrecadação da jurisdição da sede da pessoa jurídica, mediante o requerimento modelo II, e se completará com a apresentação da ficha de inscrição modelo I, devidamente preenchida.

Parágrafo único. A pessoa jurídica indicará, em seu requerimento, sob o n.º 1 da relação dêle constante, o endereço de seu estabelecimento-sede; se houver outros estabelecimentos, serão êles também mencionados distintamente na relação, em ordem numérica, seguida e crescente, a partir de 2.

Art. 9.º A repartição, contra entrega do requerimento de inscrição, fornecerá um talão de protocolo, cujo número será também o da inscrição do contribuinte.

Art. 10. No prazo fixado no talão de protocolo, o contribuinte apresentará ao órgão de inscrição, em cinco vias, a ficha modelo I, com o talão, colado ou grampeado à segunda via da ficha.

Parágrafo único. O contribuinte que possuir mais de um estabelecimento preencherá, para cada um, a ficha de inscrição, em cinco vias, colando ou grampeando o talão de protocolo à segunda via da ficha correspondente ao estabelecimento relacionado no requerimento de inscrição sob o n.º 1.

Art. 11. Além das informações cadastrais exigidas, o contribuinte consignará na ficha modelo I, nos espaços próprios, o

número de inscrição da pessoa jurídica constante do talão de protocolo, seguido do número de ordem identificador do estabelecimento, que lhe foi atribuído no requerimento.

Art. 12. As vias da ficha modelo I serão autenticadas pela repartição encarregada da inscrição e se destinam:

I — a primeira, ao contribuinte, para ser conservada no estabelecimento inscrito;

II — a segunda, ao órgão encarregado do processamento dos dados cadastrais, ao qual será encaminhada diretamente pelo órgão de inscrição;

III — as terceira, quarta e quinta, respectivamente, aos órgãos do Departamento de Arrecadação, Departamento de Rendas Internas e Departamento do Imposto de Renda, em cuja jurisdição estiver localizado o estabelecimento inscrito.

§ 1.º Quando o estabelecimento inscrito estiver sob a jurisdição do próprio órgão de registro, este reterá, desde logo, a terceira via e entregará as quarta e quinta ao contribuinte, que as fará presentes às repartições locais do Departamento de Rendas Internas e Departamento do Imposto de Renda.

§ 2.º No caso de estabelecimento localizado fora da jurisdição do órgão de registro, as terceira, quarta e quinta vias serão restituídas ao contribuinte, que as encaminhará ao estabelecimento inscrito, cabendo a este fazer a sua entrega às repartições a que se destinam.

Art. 13. Não sendo efetuada voluntariamente, a inscrição das autarquias e empresas públicas a que se refere o art. 2.º e seu parágrafo único far-se-á *ex-officio*, pelo órgão local do Departamento de Arrecadação, por iniciativa deste ou por solicitação de qualquer repartição fiscal.

Parágrafo único. O órgão que efetuar a inscrição comunicará o fato por escrito, dentro de cinco dias, à autarquia ou empresa, dando-lhes ciência do respectivo número de inscrição e solicitando-lhe os elementos que necessitar para completar o registro.

CAPÍTULO V

DA ALTERAÇÃO E BAIXA DA INSCRIÇÃO

Art. 14. Cumprirá ao contribuinte promover a atualização de sua inscrição, perante a repartição do Departamento de Arrecadação que o houver inscrito, dentro de trinta dias da data em que ocorrer qualquer dos seguintes fatos:

I — alteração da natureza jurídica, da razão social ou denominação, ou mudança de domicílio;

II — mudança de endereço;

III — instalação, aquisição ou incorporação de novo estabelecimento;

IV — extinção de estabelecimento.

§ 1.º A atualização será feita:

- a) no caso do inciso I — pela apresentação de novas fichas de inscrição, preenchidas com os dados atuais, de todos os estabelecimentos da pessoa jurídica, inscrevendo-se, no espaço reservado para “observações”, a declaração “Alteração da ficha anterior”, seguida de menção do elemento cadastral alterado;
- b) no caso do inciso II — pela apresentação, preenchida com os dados atuais, de nova ficha do estabelecimento transferido para outro endereço, inscrevendo-se, no espaço reservado para “observações”, a declaração “Alteração da ficha anterior”, seguida de menção do elemento cadastral alterado;
- c) no caso do inciso III — pela apresentação da ficha de inscrição do novo estabelecimento, cujo número identificador será o imediatamente seguinte ao do último estabelecimento inscrito da pessoa jurídica;

- d) no caso do inciso IV — mediante comunicação escrita da ocorrência, em quatro vias, utilizando-se o modelo IV.

§ 2.º A repartição do Departamento de Arrecadação encaminhará uma via da comunicação, de que trata a alínea d do parágrafo 1.º dêste artigo, a cada um dos órgãos referidos nos incisos II e III do artigo 12, devendo reter uma delas quando o estabelecimento extinto estiver diretamente sob a sua jurisdição.

Art. 15. A baixa da inscrição de pessoa jurídica será realizada pela mesma repartição que a houver inscrito, à vista da comunicação de pessoa competente, a ser feita em quatro vias, segundo o modelo III, dentro de trinta dias contados da respectiva extinção.

§ 1.º No caso de fusão, incumbirá a comunicação à nova pessoa jurídica e, no caso de incorporação, à sociedade incorporadora.

§ 2.º Quando a pessoa jurídica possuir outros estabelecimentos, além da sede, deverá comunicar também a extinção de cada um dêles, observado o disposto na alínea d do parágrafo 1.º do artigo 14.

§ 3.º A repartição do Departamento de Arrecadação, ao receber as comunicações referidas neste artigo e no parágrafo anterior, procederá pela forma estabelecida no parágrafo 2.º do artigo 14.

Art. 16. A baixa de inscrição não implicará exoneração de qualquer responsabilidade de natureza fiscal.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17. A verificação do cumprimento das obrigações atribuídas aos contribuintes neste regulamento compete:

I — aos servidores públicos que, no exercício de suas funções no serviço interno das repartições, receberem, informarem, despacharem ou encaminharem os papéis referidos nos incisos I a IV do art. 6.º, bem como autenticarem os livros de que trata o inciso V do mesmo artigo;

II — aos agentes da fiscalização de tributos federais, no serviço externo.

Art. 18. As infrações dêste regulamento serão apuradas em processo administrativo, que terá por base a representação ou o auto, conforme a verificação da falta se dê no serviço interno das repartições ou no serviço externo de fiscalização.

Art. 19. A primeira via da ficha de inscrição será conservada no estabelecimento inscrito, à disposição da fiscalização, dêle não podendo sair, exceto nos casos previstos no parágrafo seguinte e no art. 20.

Parágrafo único. A ficha será exibida às repartições fazendárias federais, sempre que estas o exigirem.

Art. 20. Os agentes da fiscalização de tributos federais e os funcionários do Departamento de Arrecadação, êstes, quando no desempenho das funções mencionadas no inciso I do art. 17, deverão apreender as fichas de inscrição dos contribuintes, sempre que houver prova ou suspeita de falsificação ou adulteração, total ou parcial, lavrando termo da ocorrência, do qual ficará cópia em poder do contribuinte, com indicação das características da ficha apreendida e os motivos da apreensão.

Art. 21. O preparo dos processos instaurados por infração dêste regulamento compete ao órgão local do Departamento de Arrecadação.

Art. 22. Os infratores dêste regulamento ficam sujeitos às multas previstas nos arts. 84, 85 e 86 da Lei n.º 4.502, de 30 de novembro de 1964. (*)

Art. 23. Nenhuma penalidade será aplicada aos contribuintes que, espontaneamente e antes de qualquer procedimento fiscal, procurarem sanar erros ou irregularidades perante o

(*) V. págs. 47 e 48

órgão do Departamento de Arrecadação em que tenham sido ou devam ser inscritos no cadastro geral de contribuintes.

Parágrafo único. Não se aplicará penalidades aos contribuintes, quando apresentarem às repartições papéis ou livros com inobservância do disposto no art. 6.º, vedado, porém, àquelas, recebê-los ou processá-los antes de sanadas as irregularidades.

Art. 24. Ao contribuinte é facultado o direito de consulta sobre a aplicação deste regulamento, cabendo a sua solução ao Delegado Regional do Departamento de Arrecadação, admitido, ainda, recurso voluntário ao Diretor do mesmo Departamento contra a decisão da primeira instância.

Parágrafo único. A consulta será dirigida ao órgão do Departamento de Arrecadação em que a pessoa jurídica tenha sido ou deva ser inscrita no cadastro geral de contribuintes.

Art. 25. O cadastro geral de contribuintes não exclui a existência de cadastros especiais, nos órgãos competentes, com as informações complementares julgadas indispensáveis à administração, controle e fiscalização de cada um dos tributos federais.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 26. Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pelo Diretor do Departamento de Arrecadação, aplicando-se, quanto à parte processual, a legislação do imposto de consumo.

Art. 27. Os órgãos da administração pública federal, inclusive as autarquias e empresas públicas, que adotarem outros sistemas de cadastro ou registro em suas relações com as pessoas jurídicas de direito privado, poderão promover a sua substituição pelos números de registro do cadastro geral de contribuintes.

Art. 28. O sistema de registro estabelecido neste regulamento substituirá a "patente de registro" prevista na legislação

do imposto de consumo e, no que couber, a inscrição das pessoas jurídicas adotada pelas repartições do Imposto de Renda, bem como o registro de importadores e exportadores exigido pela legislação aduaneira.

Art. 29. As repartições do Departamento de Arrecadação, Departamento de Rendas Internas e Departamento do Imposto de Renda organizarão e manterão atualizado fichário dos estabelecimentos inscritos, localizados em sua jurisdição.

Art. 30. As repartições do Departamento de Arrecadação fornecerão, para fins de direito, por solicitação do interessado, certidão do registro a que se refere êste regulamento.

Art. 31. O prazo para inscrição no cadastro geral de contribuintes, em relação às pessoas jurídicas existentes na data da vigência dêste regulamento, será de sessenta dias, a contar da data que fôr fixada pelo órgão local do Departamento de Arrecadação.

§ 1.º O disposto neste artigo aplica-se também às pessoas jurídicas que se organizarem no curso do prazo indicado.

§ 2.º As repartições do Departamento de Arrecadação adotarão providências no sentido de que a inscrição se inicie logo após o recebimento do material necessário à organização do cadastro.

Art. 32. O Diretor do Departamento de Arrecadação poderá fixar, para as localidades em que haja grande concentração de contribuintes, períodos de inscrição distintos, agrupando classes de contribuintes ou usando critério outro que julgar conveniente.

Art. 33. As pessoas jurídicas referidas no art. 31 declararão, na ficha de inscrição, na coluna de "Observações", o número de sua "patente de registro" e o de seu registro no Departamento do Imposto de Renda, se houver.

Art. 34. O disposto no art. 6.º entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1966, salvo quanto aos contribuintes que, tendo suas sedes em localidades cujo prazo de inscrição ainda não haja expirado, não se acharem inscritos até àquela data.

N.º de Inscrição

N.º de Ordem

--	--	--	--	--	--	--	--

--

..... via

CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTES

Visto da Repartição

I — PESSOA JURÍDICA

1.1.....
(Firma ou Denominação)

1.2..... 1.3.....
(Município) (Unidade da Federação)

1.4 REGISTRO CIVIL OU COMERCIAL 1.4.0..... 1.4.1.....
(Número) (Data)

1.4.2..... 1.4.3.....
(Órgão de Registro) (Localidade)

1.5 NATUREZA JURÍDICA

1.6 ATIVIDADE PRINCIPAL

0 — Empresa individual ☐ 0

0 — Produção Animal ou Ve-
getal ☐ 0

1 — Sociedade em Nome Cole-
tivo ☐ 1

1 — Produção Mineral ☐ 1

2 — Sociedade por Cotas de
Responsabilidade Limitada ☐ 2

2 — Produção e Distribuição
de Petróleo e Derivados ☐ 2

3 — Sociedade do Capital e In-
dústria ☐ 3

3 — Produção e Distribuição de
Energia Elétrica ☐ 3

4 — Sociedade em Comandita
Simples ☐ 4

4 — Produção Industrial ☐ 4

5 — Sociedade em Comandita
por Ações ☐ 5

5 — Comércio de Mercadorias ☐ 5

6 — Sociedade Anônima ☐ 6

6 — Construção Civil, Incorpo-
ração e Compra e Venda
de Imóveis ☐ 6

7 — Sociedade Civil, inclusive
Fundação e Cooperativa ☐ 7

7 — Crédito, Seguro e Compra
e Venda de Títulos e Va-
lores Mobiliários ☐ 7

8 — Autarquia ou Empresa Pú-
blica ☐ 8

8 — Transportes e Comunica-
ções ☐ 8

9 — Filial de Empresa Estran-
geira ☐ 9

9 — Atividade Não Especifica-
da (*) ☐ 9

(*) Qual?

II — ESTABELECIMENTO

2.1.....
(Nome, se houver)

2.2.....
(Endereço)

2.3..... 2.4.....
(Município) (Unidade da Federação)

2.5 É responsável pela declaração do Imposto de Renda? Sim Não

2.6 IMPOSTOS QUE ESTÁ OBRIGADO A RECOLHER: 2.7 SENDO ESTABELECIMENTO OBRIGADO A RECOLHIMENTO DO IMPOSTO DE CONSUMO, INFORMAR SE SE TRATA DE:

0 — Imposto de Renda (Retido na Fonte)	0	0 — Produtor	0
1 — Imposto de Consumo ..	1	1 — Comerciante Equiparado a Produtor (art. 5.º, incisos III e IV do R.I.C.)	<input type="checkbox"/> 1
2 — Imposto do Sêlo (Livro de Registro)	2	2 — Atacadista de Produtor ou de Comerciante Equiparado a Produtor	2
3 — Imposto de Importação .	3	3 — Comerciante Importador	3
4 — Imposto Único sobre Combustíveis	4	4 — Atacadista de Importador <input type="checkbox"/> 4	
5 — Imposto Único sobre Minerais	5		
6 — Imposto Único sobre Energia Elétrica	6		

2.8. OBSERVAÇÕES:

..... de de 19.....

.....
(Assinatura do Contribuinte)

NOTAS: 1) Preencha esta ficha datilograficamente, via por via. NÃO USE CARBONO. 2) Cinco vias para a inscrição de cada estabelecimento. 3) "Número de Inscrição" é o que consta do talão de protocolo. 4) "Número de Ordem" é o que tomou o estabelecimento no requerimento de Inscrição. 5) "Órgão de Registro": Cartório do Registro Civil, Junta Comercial, etc. 6) Esta Guia será confeccionada em papel branco de 24 kg no tamanho de 0,22 x 0,33 m.

Ao Departamento de Arrecadação do Ministério da Fazenda

.....
(Firma ou denominação)

com sede nesta cidade, no enderêço abaixo indicado sob n.º 1, requer a inscrição de sua pessoa jurídica e de seu (s) estabelecimento(s) no cadastro geral de contribuintes, regulamentado pelo Decreto n.º 57.307, de 23 de novembro de 1965, comprometendo-se a apresentar, no prazo que lhe fôr fixado, a(s) respectiva(s) ficha(s) de inscrição.

..... de de 19

.....

RELAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS

1 — Rua	N.º
Município	Estado
2 — Rua	N.º
Município	Estado
3 — Rua	N.º
Município	Estado
4 — Rua	N.º
Município	Estado
5 — Rua	N.º
Município	Estado

NOTAS: 1) Cite no n.º 1 da relação o enderêço do estabelecimento requerente.

2) Use papel branco, de formato 0,22 x 0,33m.

3) Se uma única fôlha não comportar a relação de estabelecimentos, adote fôlhas suplementares, da mesma côr e formato.

4) Não escreva no verso do papel.

5) O requerimento deverá ser feito em duas vias ficando a 2.º em poder da pessoa jurídica.

Ao Departamento de Arrecadação do Ministério da Fazenda

.....
(Nome do responsável)

com enderêço na rua n.º,

nesta cidade, na qualidade de da firma
(titular, sócio, diretor, etc.)

abaixo indicada, comunica, para efeito de baixa no cadastro geral de contribuintes, regulamentado pelo Decreto n.º 57.307, de 23 de novembro de 1965, que a referida firma encerrou as suas atividades em caráter definitivo.

Firma ou denominação:

Enderêço do estabelecimento-sede: Rua
..... n.º

Município Estado

N.º de inscrição no cadastro geral de contribuintes:

Motivo que determina a baixa de inscrição:

....., de de 19....

NOTA: A comunicação será feita a) pelo respectivo titular, se se tratar de firma individual; b) por um dos responsáveis, no caso de sociedade; e c) pela nova pessoa jurídica ou pela sociedade incorporadora, conforme se trate de fusão ou incorporação, respectivamente.

Ao Departamento de Arrecadação do Ministério da Fazenda

.....
(Firma ou denominação da pessoa jurídica)

com sede nesta cidade, na rua

..... n.º, comunica, para fins

de baixa de inscrição no cadastro geral de contribuintes, regulamentado pelo Decreto n.º 57.307, de 23 de novembro de 1965, que foram encerradas as atividades de seu estabelecimento abaixo identificado:

Enderêço: Rua n.º

Município Estado

N.º de inscrição N.º de ordem

....., de de 19....

.....

NOTA: A comunicação será feita pelo estabelecimento-sede.

LEI N.º 4.502 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964

Dispõe sôbre o Impôsto de Consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas.

Art. 84. As infrações a esta Lei e ao seu Regulamento para as quais não sejam previstas penas proporcionais ao valor do impôsto ou do produto, ou de perda da mercadoria, serão punidas com multas graduadas com base no capital registrado dos infratores e na gravidade da infração, de acôrdo com a seguinte tabela:

	Grau mínimo	Grau médio	Grau máximo
Até Cr\$ 1.000.000,00	5.000,00	10.000,00	15.000,00
De mais de Cr\$ 1.000.000,00 até Cr\$ 10.000.000,00	15.000,00	30.000,00	45.000,00
De mais de Cr\$ 10.000.000,00 até Cr\$ 50.000.000,00	30.000,00	60.000,00	90.000,00
De mais de Cr\$ 50.000.000,00 até Cr\$ 100.000.000,00	60.000,00	120.000,00	180.000,00
De mais de Cr\$ 100.000.000,00 até Cr\$ 1.000.000.000,00	120.000,00	240.000,00	360.000,00
De mais de Cr\$ 1.000.000.000,00 até Cr\$ 10.000.000.000,00	240.000,00	480.000,00	720.000,00
De mais de Cr\$ 10.000.000.000,00	480.000,00	960.000,00	1.440.000,00

§ 1.º O capital a que se refere êste artigo é o registrado no País para todos os estabelecimentos (matriz, filiais, sucursais, agências, depósitos, etc.) da pessoa natural ou jurídica infratora, que exerçam atividades em relação às quais estejam sujeitos ao cumprimento de obrigações tributárias, principais ou acessórias, previstas na legislação do Impôsto de Consumo.

§ 2.º O infrator que não tiver capital registrado ficará sujeito às multas previstas para o capital mais baixo constante da tabela.

(*) V. pág. 38

§ 3.º Para os efeitos dêste artigo, as pessoas referidas no art. 9.º serão consideradas como tendo capital de mais de Cr\$ 1.000.000,00 até Cr\$ 10.000.000,00.

§ 4.º Aplica-se às multas previstas neste artigo o disposto no art. 9.º da Lei n.º 4.357, de 16 de julho de 1964.

Art. 85. Ficam sujeitos à multa de cinco vêzes o grau máximo da pena prevista para a classe do respectivo capital, aquêles que simularem, viciarem ou falsificarem documentos ou a escrituração de seus livros fiscais ou comerciais, ou utilizarem documentos falsos, para iludir a fiscalização ou fugir ao pagamento do impôsto, se outra maior não couber por falta de lançamento ou pagamento do tributo.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem, por qualquer meio ou forma, desacatar os agentes do fisco, embaraçar, dificultar ou impedir a sua atividade fiscalizadora.

Art. 86. Em nenhum caso a multa aplicada poderá ser inferior à prevista no art. 84 para a classe de capital do infrator, no grau correspondente.

PARTE IV

**INSTRUÇÃO DE SERVIÇO DO
DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO**

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO N.º 11,
de 10 de dezembro de 1965

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO N.º 11,

de 10 de dezembro de 1965

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o Regulamento do Cadastro Geral de Contribuintes aprovado pelo Decreto número 57.307, de 23 de novembro de 1965, publicado no "Diário Oficial" de 29 do mesmo mês,

R E S O L V E, objetivando uniformizar a aplicação do mencionado diploma, em todo o território nacional, expedir as seguintes

I N S T R U Ç Õ E S

- I — A inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes das pessoas jurídicas existentes na data da vigência do Regulamento de Cadastro (29/11/65) deverá ser processada no prazo de 60 dias, a contar da data que fôr fixada pelo órgão local do Departamento de Arrecadação. Prazo de Inscrição.
- II — O disposto no item anterior também se aplica às pessoas jurídicas que começarem suas atividades até o início do prazo indicado.

III — Os órgãos incumbidos da inscrição de contribuintes serão supridos, por intermédio do Serviço de Cadastro da Divisão Técnica dêste Departamento, do seguinte material:

Material para o cadastro.

a) Livro de Registro constituído de:

1.º — folhas impressas com o traçado do mod. A, já contendo os números de inscrição a serem atribuídos aos contribuintes;

2.º — folhas extras com o mesmo traçado do mod. A, mas sem número de inscrição, para serem usadas no registro de estabelecimentos pertencentes a contribuintes inscritos em outras localidades e na transferência de registro (item XXXI);

b) talões de protocolo (mod. B), com os mesmos números de inscrição consignados no Livro de Registro.

IV — A Ficha de Inscrição será mandada imprimir ou por qualquer modo adquirida pelo próprio contribuinte, observadas as dimensões e demais características no mod. I do Regulamento.

V — Os demais formulários cujos modelos estão anexos ao Re-

gulamento só serão aceitos pelos órgãos de inscrição se observadas as características indicadas em cada modelo, podendo ser inteiramente datilografados pelo contribuinte.

- VI — Os responsáveis pelos órgãos de inscrição, tão logo tenham recebido o material necessário, baixarão edital, de acordo com o mod. C, fixando a data de início das inscrições, e providenciarão sua afixação em lugares públicos, bem como, sempre que possível, sua divulgação pelos órgãos de publicidade do local.

Edital — início do prazo para inscrição.

- VII — A inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes será efetuada na repartição do Departamento de Arrecadação com jurisdição na localidade em que a pessoa jurídica tiver seu domicílio (sede e fôro), mediante apresentação de requerimento e da Ficha de Inscrição (modelos I e II do Regulamento), obedecidas as normas abaixo:

**Inscrição.
Requerimento.**

- a) o requerimento será formulado em papel branco, tamanho ofício, em duas vias;
- b) quando a pessoa jurídica exercer sua atividade em mais de um estabelecimento, como tal definidos no art. 3.º do Regulamento, serão eles relacionados no requerimento, em ordem numérica crescente, cabendo o n.º 1

**Relação de
Estabelecimentos.**

XI — A Ficha de Inscrição será autenticada mediante aposição, no lugar apropriado, do carimbo da repartição e da assinatura do funcionário autorizado.

Autenticação da Ficha de Inscrição.

XII — Atendido o disposto nos itens X e XI, estando perfeita a documentação, a repartição adotará as seguintes providências:

Movimentação das Fichas de Inscrição.

a) no caso de contribuinte com um único estabelecimento ou que tenha todos os seus estabelecimentos na localidade de inscrição:

1.º — devolverá ao contribuinte as 1.^a, 4.^a e 5.^a vias da Ficha de Inscrição;

2.º — reterá as 2.^a e 3.^a vias;

b) no caso de contribuinte que tenha estabelecimentos em outras localidades:

1.º — procederá relativamente aos estabelecimentos com sede na localidade de inscrição, na forma do item anterior;

2.º — devolverá ao estabelecimento responsável pela inscrição as 1.^a, 3.^a, 4.^a e 5.^a vias dos estabelecimentos situados em outras localidades; e

3.º — reterá a 2.^a via.

XIII — As cinco vias da Ficha de Inscrição serão destinadas:

**Destino das Fichas
de Inscrição.**

a 1.^a via, ao contribuinte, como certificado da inscrição, que ficará no estabelecimento à disposição da fiscalização;

a 2.^a via, ao Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO);

a 3.^a via, à repartição do Departamento de Arrecadação, da localidade em que estiver situado o estabelecimento inscrito;

a 4.^a via, à Inspetoria Fiscal do Departamento de Rendas Internas da jurisdição do estabelecimento inscrito; e

a 5.^a via, à repartição do Departamento do Imposto de Renda da jurisdição do estabelecimento inscrito.

XIV — Quando se tratar de contribuinte com mais de uma dependência, o estabelecimento que tiver efetuado a inscrição remeterá aos demais, para os fins a que alude o item seguinte, as 1.^{as}, 4.^{as} e 5.^{as} vias das Fichas de Inscrição e, quando se tratar de estabelecimento situado em outra localidade, também a 3.^a via.

XV — Recebida a Ficha de Inscrição, como previsto no item anterior, o estabelecimento inscrito adotará as seguintes providências:

- a) reterá a 1.^a via para ser conservada no estabelecimento, à disposição da fiscalização;
- b) apresentará, quando fôr o caso, a 3.^a via ao órgão local do Departamento de Arrecadação; e
- c) encaminhará as 4.^a e 5.^a vias aos órgãos do Departamento de Rendas Internas e do Impôsto de Renda em cuja jurisdição estiver situado;

XVI — O órgão do Departamento de Arrecadação, na hipótese da letra “b” do n.º 2 do item anterior, ao receber a 3.^a via da Ficha de Inscrição:

**Estabelecimentos —
Procedimento do órgão
de inscrição.**

- a) fará o registro do estabelecimento na fôlha extra do Livro de Registro (item III);
- b) anotará na 3.^a via o número do Livro e da respectiva fôlha em que foi feito o registro;
- c) arquivará a 3.^a via em pasta especial e em ordem alfabética.

XVII — A inscrição *ex-officio* de que trata o parágrafo único do art 2.º do Regulamento será de iniciativa do órgão de inscrição que tiver, por qualquer meio, inclusive comunicação de outro órgão, conhecimento da existência de empresa pública ou de autarquia, sediada em sua jurisdição, sujeita ao recolhimento de tributos federais.

Inscrições ex-officio.

XVIII — A inscrição *ex-officio* far-se-á pela inclusão do estabelecimento no Livro de Registro, seguida da expedição do memorando modelo D, emitido em cinco vias, as quais se destinarão:

a 1.^a via, à empresa ou autarquia inscrita;

a 2.^a via, ao SERPRO, por intermédio da Delegacia Regional ou Seccional do Departamento de Arrecadação da jurisdição;

a 3.^a via, ao arquivo do órgão de inscrição;

a 4.^a via, à repartição local do Departamento de Rendas Internas; e

a 5.^a via, à repartição local do Departamento do Imposto de Renda.

XIX — O órgão de inscrição colará a parte do talão de protocolo que lhe é destinada à 3.^a via do memorando mod. D e a outra parte do talão à 2.^a via que se destina ao SERPRO.

XX — O órgão de inscrição encaminhará as 4.^a e 5.^a vias do memorando diretamente às repartições dos Departamentos de Rendas Internas e do Imposto de Renda.

XXI — Sempre que o movimento da repartição permitir, logo após a conferência dos elementos da Ficha de Inscrição com os do requerimento, será feita a inclusão do contribuinte inscrito no Livro de Registro, observada cuidadosamente a

Livro de Registro.

numeração constante da folha do Livro e da Ficha de Inscrição. Na coluna "Observações" será anotado o número dos estabelecimentos que estiverem na jurisdição do órgão de inscrição.

- XXII — Nas repartições de grande movimento, o chefe designará um ou mais funcionários para procederem exclusivamente a inclusões no Livro de Registro, após a entrega da Ficha de Inscrição ao contribuinte.
- XXIII — Na hipótese do item anterior, o chefe da repartição diligenciará para que, no fim de cada dia, tôdas as inscrições efetuadas sejam consignadas no Livro de Registro.
- XXIV — No fim do expediente de cada dia, o chefe da repartição colecionará as 2.^{as} vias das Fichas de Inscrição recebidas, verificando se a elas estão colados os talões de protocolo, e as remeterá à Delegacia Regional ou Seccional a que estiver subordinado, pela via postal ou outro meio de remessa conveniente. **Remessa das Fichas de Inscrição.**
- XXV — As Delegacias Regionais ou Seccionais colecionarão, diariamente, as Fichas recebidas e as remeterão à unidade regional do SERPRO a que estiverem vinculadas, conforme comunicações que receberem desse Serviço. **Remessa ao SERPRO.**
- XXVI — As repartições do Departamento de Arrecadação arquivarão, em ordem alfabética, os requerimentos de inscri-
- Arquivamento.**

ção, as 3.^{as} vias das Fichas de Inscrição e as 3.^{as} vias das comunicações referidas no item XVIII.

XXVII — Cumprirá ao contribuinte **Atualização de Inscrição.**

promover a atualização de sua inscrição, perante a repartição do Departamento de Arrecadação que o houver inscrito, dentro de trinta dias da data em que ocorrer qualquer dos seguintes fatos:

- a) alteração da natureza jurídica ou da razão social, ou mudança de domicílio;
- b) mudança de endereço;
- c) instalação, aquisição ou incorporação de novo estabelecimento;
- d) extinção de estabelecimento.

XXVIII — A atualização prevista no **Atualização de Inscrição.**

item anterior será feita:

- a) no caso da letra “a” — pela apresentação de novas Fichas de Inscrição, preenchidas com os dados atualizados de todos os estabelecimentos da pessoa jurídica, inscrevendo-se, no espaço reservado para “Observações”, a declaração “Alteração da ficha anterior”, seguida de menção do elemento cadastral alterado;
- b) no caso da letra “b” — pela apresentação, preenchida com os dados atualizados, de nova Ficha de Inscrição do estabelecimento transferido para

outro endereço, inscrevendo-se, no espaço reservado para "Observações", a declaração "Alteração na ficha anterior", seguida da menção do elemento cadastral alterado;

c) no caso da letra "c" — pela apresentação da Ficha de Inscrição do nôvo estabelecimento, cujo número identificador será o imediatamente seguinte ao do último estabelecimento inscrito da pessoa jurídica;

d) no caso da letra "d" — mediante comunicação escrita da ocorrência, em quatro vias, atendido o modelo IV do Regulamento.

XXIX — A baixa da inscrição da pessoa jurídica será realizada pela mesma repartição que a houver inscrito, à vista da comunicação de pessoa competente, a ser feita em quatro vias, segundo o modelo III do Regulamento, dentro de trinta dias da respectiva extinção. **Baixa de Inscrição.**

XXX — Quando a pessoa jurídica possuir outros estabelecimentos além da sede, deverá comunicar também a extinção de cada um deles, observado o disposto na letra "d" do item **XXVIII**.

XXXI — As alterações e a baixa da inscrição serão lançadas no Livro de Registro na coluna "Observações" ou, não sendo **Alterações e Baixa. Anotações no Livro de Registro.**

o espaço suficiente e nos casos de mudança de denominação e enderêço, mediante inclusão nas fôlhas extras do Livro de Registro, em seguida ao último registro aí efetuado, consignando-se o número de inscrição, o nome do contribuinte, seu enderêço e as demais indicações constantes do lançamento originário. Na coluna de "Observações" do lançamento originário será anotado o número do livro e da fôlha para onde foi transferido o registro.

- XXXII — As pessoas jurídicas que se organizarem em data posterior à fixada pelo órgão local do Departamento de Arrecadação para início das inscrições (item I), não poderão iniciar suas atividades sem prévia inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes.
- Firmas novas.

LAURO DE ALENCAR CASTELO BRANCO
Diretor



LIVRO DE REGISTRO

PÁGINA

ÓRGÃO DE INSCRIÇÃO:

Advertência: Redução do modelo original, cujas medidas são 46 cm \times 33 cm.

MODELO "B"

M.F. - DEPARTAMENTO DE ARRECAÇÃO

CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTES

INSCRIÇÃO NÚMERO

COMPROVANTE DO
ÓRGÃO DE
INSCRIÇÃO

DATA

M.F. - DEPARTAMENTO DE ARRECAÇÃO

CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTES

INSCRIÇÃO NÚMERO

Dactilografe este número nas Fichas
de Inscrição. Entregue as Fichas,
juntamente com este talão à reparti-
ção, no prazo de 8 dias.

DATA

MODELO "C"

EDITAL

O no
(mencionar a função)
....., tendo em vista o disposto
(Estado ou Município)
no Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 57.307, de 23 de
novembro de 1965, torna público que o prazo de 60 dias pre-
visto no art. 31 do citado Regulamento, para inscrição no Ca-
dastro Geral de Contribuintes, terá início em de
..... de 19

As pessoas jurídicas constituídas após a abertura do prazo
acima referido somente poderão iniciar suas atividades depois
de inscritas no Cadastro Geral de Contribuintes.

Lugar, data e assinatura

MODELO "D"

Data

Do
(mencionar a função)

Ao Senhor

Comunico a V. S.^a que, nos termos do parágrafo único do art. 2.º do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 57.307, de 23 de novembro de 1965, inscrevi o órgão dirigido por V. S.^a no Cadastro Geral de Contribuintes, com as seguintes características:

N.º de Inscrições:

Nome:

Enderêço:

Outrossim, solicito a V. S.^a que, a partir desta data, passe a mencionar o número acima indicado em todos os documentos expedidos em razão de sua atividade fiscal, na forma do art. 6.º do mencionado Regulamento.

.....
Chefe da Repartição

ÍNDICE ANALÍTICO

ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO

Determina a atualização da inscrição do contribuinte

Art. 14, I e parágrafo único, a (R)
— Item XXI (IS).

ALTERAÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

Determina a atualização da inscrição do contribuinte

Art. 14, I e parágrafo único, a (R)
— Item XXVII (IS).

ALTERAÇÃO DA RAZÃO SOCIAL

Determina a atualização da inscrição do contribuinte

Art. 14, I e parágrafo único, a (R)
— Item XXVII (IS).

ALTERAÇÕES

Serão lançadas no Livro de Registro na coluna “Observações”

Item XXXI (IS).

APLICAÇÃO DO NÚMERO CADASTRAL BÁSICO

Art. 5º, I a V (L).

APOSIÇÃO DO CARIMBO DA REPARTIÇÃO REQUERENTE DE INSCRIÇÃO

Item VII, e, (IS).

APREENSÃO DE FICHAS DE INSCRIÇÃO

Art. 20 (R).

AQUISIÇÃO DE NOVO ESTABELECIMENTO ...

Determina a atualização da inscrição do contribuinte

Art. 14, III (R) —
Item XXVII (IS).

ARQUIVAMENTO DAS 3as. VIAS DAS FICHAS DE INSCRIÇÃO

Item XXVI (IS).

ARQUIVAMENTO DAS 3as. VIAS DAS COMUNICAÇÕES DE INSCRIÇÃO EX-OFFICIO

Item XXVI (IS).

ARQUIVAMENTO DE REQUERIMENTOS DE INSCRIÇÃO

Item XXVI (IS).

ATAS PUBLICADAS

Obrigatoriedade de mencionar o número de inscrição no C.G.C. nas — — —

Art. 6º, III (R).

ATOS E CONTRATOS FIRMADOS NO PAÍS

Obrigatoriedade de mencionar o nº de inscrição no C.G.C. nos — — —

Art. 6º, II (R).

ATUALIZAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS

Art. 2º, parágrafo único (L).

ATUALIZAÇÃO DA INSCRIÇÃO	Art. 14 e parágrafo único (R) — Item XXVII (IS).
AUTARQUIAS	

As ——— da União, obrigadas ao recolhimento de tributos federais, serão obrigatoriamente inscritas no C.G.C.	Art. 2º (R).
As ——— estaduais e municipais, que estiverem sujeitas ao recolhimento de tributos federais, serão inscritas, voluntariamente ou <i>ex-officio</i>	Art. 2º, parágrafo único (R).

AUTENTICAÇÃO DAS FICHAS DE INSCRIÇÃO	Art. 12 (R) — Item XI (IS).
AUTENTICADORES DE LIVROS	

Competência para verificarem o cumprimento das obrigações atribuídas aos contribuintes	Art. 17, I (R).
--	-----------------

AUTO DE INFRAÇÃO

(V. *Infrações*)

B

BAIXA DE INSCRIÇÃO

(V. *Baixa do Registro*)

BAIXA DO REGISTRO	Art. 6º (L) — Arts. 7º, 15 e 16 (R) — Itens XXIX e XXXI (IS).
-------------------------	---

BALANCOS E CONTAS DE RESULTADOS PUBLICADOS

Obrigatoriedade de mencionar o número de inscrição no C.G.C. nos ———	Art. 6º, III (R).
--	-------------------

C

CADASTRO DAS AUTARQUIAS	Art. 27 (R).
CADASTRO DOS DEMAIS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL	Art. 27 (R).
CADASTRO DE EMPRESAS PÚBLICAS	Art. 27 (R).
CADASTROS ESPECIAIS	Art. 1º, § 2º (L) — Art. 25 (R).
CARIMBO DA REPARTIÇÃO NO REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO	

(V. *Aposição do carimbo da repartição no requerimento de inscrição*)

CASOS OMISSOS	Art. 26 (R)
CERTIDÃO DO REGISTRO	Art. 5º, parágrafo único (L) — Art. 30 (R) — Item XVII (IS).
CERTIFICADO DE REGISTRO (V. <i>Certidão do Registro</i>)	
CÓDIGO NUMÉRICO COMPLEMENTAR	Art. 5º (R).
CÓDIGOS NUMÉRICOS	Arts. 4º e 5º, parágrafo único (R).
COMPETÊNCIA	
Do Serviço de Cadastro da Divisão Técnica	Art. 10, III, a a f (RDAr).
Da Seção de Cadastro das Delegacias Regionais ..	Art. 15, a, b e c (RDAr).
Da Seção de Cadastro das Delegacias Seccionais ..	Art. 22 (RDAr).
COMUNICAÇÃO DA BAIXA DE INSCRIÇÃO (Mod. III do Regulamento)	Item XXIX (IS).
COMUNICAÇÃO DA EXTINÇÃO DO ESTABE- LECIMENTO	Art. 14, parágrafo único, d (R) — Item XXIII (IS).
CONFERÊNCIA	Itens X e XXI (IS).
CONSELHO DE CONTRIBUINTES (V. <i>Segundo Conselho de Contribuintes</i>)	
CONSULTAS DE CONTRIBUINTES	Art. 24 e parágrafo único (R).
CONTEÚDO E FINALIDADE	Art. 1º, § 1º (L) — Art. 1º (R).
CONTRÔLE DIÁRIO DA INCLUSÃO DO CON- TRIBUINTE INSCRITO	Item XXIII (IS.).
CONTRÔLE DE DETERMINADO TRIBUTO	Art. 5º (R).
CONVÊNIOS	Art. 7º (L).

D

DELEGACIAS REGIONAIS DO DEPARTAMENTO DE ARRECAÇÃO

Remeterão fichas de inscrição ao SERPRO	Item XXV (IS).
---	----------------

DELEGACIAS SECCIONAIS DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO

Remeterão fichas de inscrição ao SERPRO Item XXV (IS).

DELEGADO REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO

Competência para julgar em 1ª instância o processo instaurado em sua jurisdição por infração ao Regulamento do C.G.C. Art. 21, II (R).

DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO (REPARAÇÕES DO)

Organizarão e manterão atualizado fichário dos estabelecimentos inscritos, localizados em sua jurisdição Art. 29 (R).

Fornecerão, para fins de direito, por solicitação do interessado, certidão do registro Art. 30 (R).

Adotarão providências no sentido de que a inscrição se inicie logo após o recebimento do material necessário à organização do cadastro Art. 31, § 2º (R).
Receberão a 3ª via da Ficha de Inscrição Itens XIII, XV e XVIII (IS).

DEPARTAMENTO DO IMPOSTO DE RENDA (V. *Imposto de Renda*)

DEPARTAMENTO DE RENDAS INTERNAS (D.R.I.)

As repartições do D.R.I. organizarão e manterão atualizado fichário dos estabelecimentos inscritos, localizados em sua jurisdição Art. 29 (R).

As Inspetorias Fiscais do D.R.I. receberão a 4ª via da Ficha de Inscrição no C.G.C. Itens XIII, XV e XVIII (IS).

DESIGNAÇÃO DE FUNCIONARIOS Item XXII (I.S.)

DESTINO DAS FICHAS DE INSCRIÇÃO Art. 12, I a III, §§ 1º e 2º (R) —
Item XIII (IS).

DESTINO DAS VIAS DO REQUERIMENTO
(V. *Primeira via do requerimento e Segunda via do requerimento*)

DESTINO DAS VIAS DE COMUNICAÇÃO DE INSCRIÇÃO EX-OFFICIO Item XVIII (IS).

(V. t. *Primeira Via da Comunicação de Inscrição Ex-Officio; Segunda Via da Comunicação de Inscrição Ex-Officio; Terceira Via da Comunicação de Inscrição Ex-Officio; Quarta Via da Comunicação de Inscrição Ex-Officio; Quinta Via da Comunicação de Inscrição Ex-Officio.*)

**DESTINO DAS VIAS DE MEMORANDO MO-
DELO D**

(V. *Destino das Vias da Comunicação de Inscrição*
Ex-Officio)

**DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECA-
DAÇÃO**

Poderá fixar períodos de inscrição distintos agru-
pando classes de contribuintes ou usando critério
outro que julgar conveniente

Art. 32 (R).

DOCUMENTAÇÃO

Item X (IS).

DOMICÍLIO DA PESSOA JURÍDICA

Determina a repartição em que deverá efetuar sua
inscrição

Item VII (IS).

E

**EDITAL PARA FIXAR O INÍCIO DO PRAZO
PARA INSCRIÇÃO**

Item VI (IS).

EMBALAGENS DE PRODUTOS

Obrigatoriedade de mencionar o número de inscrição
no C.G.C. nas ———

Art. 6º, VI (R).

EMPRESAS INDIVIDUAIS

As ——— equiparadas às pessoas jurídicas pela le-
gislação do imposto de renda serão obrigatória-
mente inscritas no C.G.C.
(V. t. *Registro de Firmas Individuais*)

Art. 2º (R).

EMPRESAS PÚBLICAS

As ——— da União obrigadas ao recolhimento de
tributos federais serão obrigatoriamente inscritas
no C.G.C.

Art. 2º (R).

As ——— estaduais e municipais que estiverem su-
jeitas ao recolhimento de tributos federais, serão
inscritas, voluntariamente ou *ex-officio*

Art. 2º, parágrafo
único (R).

ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO-SEDE

Constará do requerimento

Art. 8º, parágrafo
único (R).

ENTREGA DO REQUERIMENTO

Item VII, letra e,
(IS).

ESTABELECIMENTO

Definição

Número do ———

Enderêço do estabelecimento-sede e de outros esta-
belecimentos

Art. 3º (R).

Art. 4º, § 1º (R).

Art. 8º, parágrafo
único (R).

Inscrito	Item XV (IS).
Extinção	Art. 15, § 2º (R) — Item XXVII (IS).
ESTABELECIMENTO INSCRITO	
Adotará as seguintes providências	Item XV (IS).
ESTABELECIMENTO ÚNICO	Itens VII, letra c, e XII, letra a (IS).
ESTABELECIMENTOS NOVOS	
Sómente iniciarão suas atividades após inscrição no C.G.C.	Item XXXII (IS).
EXATORIAS FEDERAIS	
Competência para organizar e manter atualizado o cadastro do contribuinte sob jurisdição da Exa- toria	Art. 25 (RDAr).
EXIGÊNCIA DA APRESENTAÇÃO DA FICHA DE INSCRIÇÃO AS REPARTIÇÕES FAZENDARIAS	Art. 19, parágrafo único (R).
EXIGÊNCIAS CADASTRAIS	Art. 8º (R).
EX-OFFICIO (V. <i>Inscrição ex-officio</i>)	
EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE NA- TUREZA FISCAL	Art. 16 (R).
EXPEDIÇÃO DE "PATENTES DE REGISTRO" (V. <i>Patentes de Registro</i>)	
EXPORTADORES (V. <i>Importadores e Exportadores</i>)	
EXTINÇÃO DE ESTABELECIMENTO	Art. 14, IV e pará- grafo único. d (R) — Item XXVII (IS).

F

FAIXA DE NÚMERO DE INSCRIÇÃO	Art. 4º, § 2º (R).
FALSIFICAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE FICHAS DE INSCRIÇÃO	
Determina a apreensão das Fichas de Inscrição do contribuinte	Art. 20 (R).
(V. <i>Apreensão de Fichas de Inscrição</i>)	

Generalização do sistema de número cadastral básico (V. t. <i>Convênios</i>)	Art. 7º (L).
INVÓLUCROS DE PRODUTOS	
Obrigatoriedade de mencionar o número de inscrição no C.G.C. nos ———	Art. 6º, VI (R).
J	
JULGAMENTO DOS PROCESSOS INSTAURADOS	
(V. <i>Preparo e Julgamento dos Processos Instaurados</i>)	
L	
LANÇAMENTO ORIGINARIO	
Será anotado o número do livro e da fôlha para onde foi transferido o registro no ———	Item XXXI (IS).
LEGISLAÇÃO DO IMPÔSTO DE CONSUMO	
Será aplicada à parte processual	Art. 26 (R).
LIVRO DE REGISTRO	Itens III, XXI e XXXI (IS).
M	
MATERIAL PARA O CADASTRO	Item III (IS).
MEMORANDO MODELO D	Item XVIII (IS).
MODELOS DE FORMULÁRIOS	Item V (IS).
MOVIMENTAÇÃO DAS FICHAS DE INSCRIÇÃO	Item XII (IS).
MUDANÇA DE ENDEREÇO	
Determina a atualização da inscrição do contribuinte	Art. 14, II e § único, b (R) — Item XXVII e XXXI (IS).
MUDANÇA DE DOMICÍLIO	
Determina a atualização da inscrição do contribuinte	Art. 14, I e § único, a (R) — Item XXVII (IS).
MUDANÇA DE DENOMINAÇÃO	
(V. <i>Alteração de Denominação</i>)	

MULTAS

Inobservância das exigências cadastrais sujeita o infrator às multas estabelecidas na Legislação do Imposto de Consumo	Art. 8º (L).
Previstas nos Arts. 84, 85 e 86 da Lei nº 4.502 de 30-11-64	Art. 22 (R).
(V. t. Penalidade)	

N

NAO UTILIZAÇÃO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTO EXTINTO POR NOVO ESTABELECIMENTO DA MESMA PESSOA JURÍDICA ..	Art. 7º, parágrafo único (R).
--	-------------------------------

NOTAS-FISCAIS

Obrigatoriedade de mencionar o número de inscrição no C.G.C. nas ———	Art. 6º, IV (R).
--	------------------

NOVA DENOMINAÇÃO

(V. *Alteração de Denominação*)

NOVA INSCRIÇÃO	
O número de inscrição não será utilizado para ———	Art. 7º (R).

NOVA RAZÃO SOCIAL

(V. *Alteração da Razão Social*)

NOVAS FIRMAS

(V. *Firmas Novas*)

NOVOS ESTABELECIMENTOS

(V. *Estabelecimentos Novos*)

NÚMERO CADASTRAL BÁSICO

Caráter permanente	Art. 4º (L).
Aplicação obrigatória	Art. 5º, I a V (L).
Substituição da "Patente de Registro"	Art. 9º (L) — Art. 28 (R).

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	Arts. 4º e 9º (R) — Item VIII (IS).
NÚMERO DE REGISTROS ANTERIORES	Item X (IS).

NÚMERO DE VIAS DE FICHA DE INSCRIÇÃO

(V. *Vias da Ficha de Inscrição*)

NÚMERO DE VIAS DO REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO	Item VII, a (IS).
(V. t. <i>Vias do Requerimento de Inscrição</i>)	

NÚMERO DE VIAS DO MEMORANDO MODELO D	Item XVIII (IS).
(V. t. <i>Número de Vias da Comunicação da Inscrição Ex-Officio</i>).	
NÚMERO DE VIAS DA COMUNICAÇÃO DA INSCRIÇÃO EX-OFFICIO	Item XVIII (IS).
(V. t. <i>Vias da Comunicação da Inscrição Ex-Officio; Vias do Memorando Modelo D</i>).	
O	
OBRIGATORIEDADE DE INSCRIÇÃO	Art. 2º (R).
OBRIGATORIEDADE DE MENCIONAR O NÚMERO DE INSCRIÇÃO	Art. 6º (R).
"OBSERVAÇÕES"	Itens XXI e XXXI (IS).
ÓRGÃO DE INSCRIÇÃO	Art. 4º, § 2º (R) — Itens XVIII, XIX e XX (IS).
ÓRGÃO DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO ENCARGADO DA INSCRIÇÃO	
Procedimento do ———	Itens VII, XVI e XVIII (IS).
OUTROS SISTEMAS DE CADASTRO OU REGISTRO DE ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL	
Poderão ser substituídos pelos números de registro do C. G. C.	Art. 27 (R).
P	
PATENTE DE REGISTRO	
Substituição da "Patente de Registro" pelo registro cadastral	Art. 9º (L) — Art. 28 (R).
As repartições fazendárias não mais expedirão	Art. 28, § 2º (R).
Deverá ter o número mencionado na ficha de inscrição	Art. 33 (R) — Item X (IS).
PENALIDADE	
Não será aplicada penalidade aos contribuintes que espontaneamente procurarem sanar erros ou irregularidades	Art. 23, § único (R).
(V. t. <i>Multas</i>).	
PESSOAS JURIDICAS	
Baixa do registro, quando extintas	Art. 6º (L).
Fornecimento do certificado de registro às ——— ...	Art. 5º; § único (L).

Identificação	Art. 4º, § único (L).
Identificação, localização e classificação	Art. 1º, § 1º (L).
Número cadastral básico	Art. 5º, I a V (L).
	Art. 4º, § 1º (R).
PESSOAS JURÍDICAS ESTRANGEIRAS	
Serão obrigatoriamente inscritas no C. G. C.	Art. 2º (R).
PESSOAS JURÍDICAS EXISTENTES NA DATA DA VIGÊNCIA DO REGULAMENTO	
Prazo para inscrição no C. G. C.	Art. 31 (R).
Declararão na ficha de inscrição o número da "Patente de Registro" ou do registro no Departamento do Imposto de Renda, se houver	Art. 33 (R) — Item I (IS).
PESSOAS JURÍDICAS QUE SE ORGANIZAREM EM DATA POSTERIOR A FIXADA PELO ÓRGÃO LOCAL DO DEPARTAMENTO DE ARRECAÇÃO PARA INÍCIO DAS INSCRIÇÕES	
	Art. 31, § 1º — Item I e XXXII (IS).
PRAZO PARA ATUALIZAÇÃO DA INSCRIÇÃO PELO CONTRIBUINTE	
	Art. 14 (R) — Item IX (IS).
PRAZO PARA A BAIXA DA INSCRIÇÃO	
	Art. 15 (R).
PRAZO PARA COMUNICAÇÃO DA INSCRIÇÃO EX-OFFICIO	
	Art. 13, § único (R).
PRAZOS PARA O EXECUTIVO BAIXAR:	
Regimento do Departamento de Arrecadação	Art. 21 (L).
Regulamento da Lei	Art. 21 (L).
PRAZO PARA INSCRIÇÃO NO C. G. C.	
Em relação às pessoas jurídicas existentes na data da vigência do Regulamento	Art. 31 (R) — Item I (IS).
Em relação às pessoas jurídicas que se organizarem no curso do prazo indicado	Art. 31, § 1º (L) — Item I (IS).
Fixação por meio de edital	Item VI (IS).
PREPARO E JULGAMENTO DOS PROCESSOS INSTAURADOS	
(V. t. <i>Infrações</i>).	Art. 21 (R).
PRÉVIA INSCRIÇÃO NO C. G. C.	
Para as pessoas jurídicas que se organizarem em data posterior à fixada para início das inscrições	Item XXXII (IS).
PRIMEIRA VIA DA COMUNICAÇÃO DA INSCRIÇÃO EX-OFFICIO	
	Item XVIII (IS).
PRIMEIRA VIA DA FICHA DE INSCRIÇÃO	
	Arts. 19 e § único e 20 (R) — Item XII e XIII (IS).

PRIMEIRA VIA DO MEMORANDO MODELO D
(V. Primeira via da comunicação da inscrição ex-officio).

PRIMEIRA VIA DO REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Arquivada no órgão de inscrição

Item VII, letra g, (IS).

PROCEDIMENTO DO ÓRGÃO DE INSCRIÇÃO ..

Itens VII e XVI (IS).

PROCESSOS INSTAURADOS

Art. 21 (R).

PROIBIÇÃO DO APROVEITAMENTO DA FACE POSTERIOR DA FOLHA DO REQUERIMENTO

Item VII, letra d, (IS).

PROVIDENCIAS A SEREM ADOTADAS PELOS ESTABELECIMENTOS INSCRITOS

Item XV (IS).

Q

QUARTA VIA DA COMUNICAÇÃO DA INSCRIÇÃO EX-OFFICIO

Itens XVIII e XX (IS).

QUARTA VIA DA FICHA DE INSCRIÇÃO

Itens XII, XIII, XIV e XV (IS).

QUARTA VIA DO MEMORANDO MODELO D

(V. Quarta via da comunicação da inscrição ex-officio).

QUARTA VIA DA COMUNICAÇÃO DA INSCRIÇÃO EX-OFFICIO

Itens XVIII e XX (IS).

QUINTA VIA DA FICHA DE INSCRIÇÃO

Itens XII, XIII, XIV e XV (IS).

QUINTA VIA DO MEMORANDO MODELO D

(V. Quinta via da comunicação da inscrição ex-officio).

R

RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS FEDERAIS

Pessoas jurídicas de direito privado obrigadas ao recolhimento de tributos federais serão inscritas no C. G. C.

Art. 2º (R).

RECURSO DE CONTRIBUINTES

Art. 24 (R).

REGISTRO

Atualização dos dados do registro

Art. 2º, § único (L).

Baixa do registro das pessoas jurídicas, quando extintas	Art. 6º (L).
De firmas individuais	Art. 1º (L).
De pessoas jurídicas de direito privado	Art. 1º (L).
De pessoas jurídicas de direito privado domiciliadas no Exterior com capital aplicado no País	Art. 1º (L).
Instrução do pedido de registro	Art. 3º (L).
Número cadastral básico	Art. 5º, I a V (L).
Pedido de registro	Art. 2º (L).

(V. t. *Número Cadastral Básico; Pessoas Jurídicas*).

REGISTRO CADASTRAL

Substitui a inscrição de pessoas jurídicas no Imposto de Renda	Art. 9º (L) — Art. 28 (R).
Substitui a "Patente de Registro"	Art. 9º (L) — Art. 28 (R).
Substitui o registro de importadores e exportadores	Art. 9º (L) — Art. 28 (R).

REGISTROS ANTERIORES	Art. 33 (R).
Número de — — —	Item X (IS).

REGISTRO DE FIRMAS INDIVIDUAIS	Art. 1º (L) — Art. 2º (R).
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS	Art. 1º (L) — Art. 2º (R).

REGISTRO NO DEPARTAMENTO DO IMPÓSTO DE RENDA

Deve ser declarado na ficha de inscrição	Art. 33 (R) — Item X (IS).
--	----------------------------

REGULAMENTO DA LEI 4.503, DE 30-11-64

Competência do Executivo para baixá-lo	Art. 21 (L).
Prazo	Art. 21 (L).

RELAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS	Item VII, letras b e f (IS).
-----------------------------------	------------------------------

REMESSAS DAS 2ªs. VIAS DAS FICHAS DE INSCRIÇÃO DO SERPRO	Item XXV (IS).
--	----------------

REMESSA DAS 2ªs. VIAS DAS FICHAS DE INSCRIÇÃO AS DELEGACIAS REGIONAIS OU SECCIONAIS DO DEP. DE ARRECADAÇÃO	Item XXIV (IS).
--	-----------------

REPARTIÇÕES ADUANEIRAS

Exigirão dos importadores e exportadores a apresentação de certidão ou fotocópia da respectiva ficha de inscrição no C. G. C.	Art. 28, § 2º (R).
--	--------------------

REPARTIÇÕES DE GRANDE MOVIMENTO	Item XXII (IS).
--------------------------------------	-----------------

REPARTIÇÕES DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO

(V. *Departamento de Arrecadação*)

REPARTIÇÕES DO DEPARTAMENTO DO IM-
PÔSTO DE RENDA
(V. *Impôsto de Renda*)

REPARTIÇÃO LOCAL DO DEPARTAMENTO DO
IMPÔSTO DE RENDA Item XVIII (IS).

REPARTIÇÃO LOCAL DO DEPARTAMENTO DE
RENDAS INTERNAS Item XVIII (IS).

REPRESENTAÇÃO
(V. *Infrações*).

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO (MODELO II) Art. 8º e § único
(R) — Itens VII
e XXVI (IS)

RÓTULOS DE PRODUTOS

Obrigatoriedade de mencionar o número de inscrição
no C. G. C. nos ——— Art. 6º, VI (R).

S

SANÇÕES Art. 8º, (L) — Art.
22 (R).

SEÇÃO DE CADASTRO (SCR) DAS DELEGA-
CIAS REGIONAIS DE ARRECADAÇÃO (DRAr)
ÓRGÃO REGIONAL Arts. 2º, B, I, d, e
15, a, b e c
(RDAr).

SEÇÃO DE CADASTRO DAS DELEGACIAS
SECCIONAIS DE ARRECADAÇÃO (DSAr) —
ÓRGÃOS REGIONAIS Art. 2º, B, II, c
(RDAr).

SEÇÃO DE CADASTRO DAS DELEGACIAS
SECCIONAIS Art. 22 (RDAr).

SEDE DA PESSOA JURIDICA

Determina a repartição em que deverá efetuar sua
inscrição Item VII (IS).

SEGUNDA VIA DA COMUNICAÇÃO DA INSCRI-
ÇÃO EX-OFFICIO — Itens XVIII e XXIX (IS).
Item XVIII e XIX
(IS).

SEGUNDA VIA DA FICHA DE INSCRIÇÃO Itens IX, letra b,
XII, XIII e XXIV
(IS).

SEGUNDA VIA DO MEMORANDO MODELO D
(V. *Segunda via da comunicação da inscrição ex-*
officio).

SEGUNDA VIA DO REQUERIMENTO DE INS-
CRIÇÃO Item VII, letra f e
IX (IS).

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Competência para julgar em segunda instância os processos instaurados por infração ao Regulamento do C. G. C.

Art. 21, II (R).

SERPRO

(V. *Serviço Federal de Processamento de Dados*).

SERVIÇO DE CADASTRO (SC) DA DIVISÃO (DT) — ÓRGÃO CENTRAL

Criação

Art. 2º, A, II, e (RDAr).

Competência

Art. 10, III, a a f (RDAr).

Órgão incumbido de suprir os demais do material para o cadastro

Item III (IS).

SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)

Itens XIII, XVIII, XIX e XXV (IS).

SERVIDORES PÚBLICOS

Competência para verificação do cumprimento das obrigações atribuídas aos contribuintes

Art. 17, I (R).

T

TALÃO DE PROTOCOLO

Arts. 9º, 10 e parágrafo único (R)
— Itens III, VII, letras e e g, VIII e XIX (IS).

TEMPO NECESSÁRIO PARA NOVA UTILIZAÇÃO DE NÚMERO DE INSCRIÇÃO

Art. 7º (R).

TERCEIRA VIA DA COMUNICAÇÃO DA INSCRIÇÃO EX-OFFICIO

Itens XVIII e XIX (IS).

TERCEIRA VIA DA FICHA DE INSCRIÇÃO

Itens XII, XIII, XIV, XV, XVI e XXI (IS).

TERCEIRA VIA DO MEMORANDO MODELO D (V. *Terceira Via da Comunicação de Inscrição Ex-Ofício*)

TERMO DE ABERTURA DOS LIVROS DE ESCRITURAÇÃO

Obrigatoriedade de mencionar o número de inscrição no C.G.C. no ———

Art. 6º, V (R).

TÉRMO DA OCORRÊNCIA DE INFRAÇÃO

Lavratura de ———	Art. 20 (R).
TRANSFERÊNCIA DE REGISTRO	Itens III e XXXI (IS).

U

ÚNICO ESTABELECIMENTO

(V. *Estabelecimento Único*)

UNIDADE IMOBILIÁRIA AUTÔNOMA E CONTÍNUA

Art. 3º, parágrafo único (R).

UTILIZAÇÃO DA VIA POSTAL PARA REMESSAS DE FICHAS DE INSCRIÇÃO AO SERPRO

Item XXIV (IS).

V

VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRIBUÍNTES

Competência	Art. 17, I e II (R).
-------------------	----------------------

VETOS À LEI 4.503

Publicados em 30-4-65

VIAS DA COMUNICAÇÃO DA INSCRIÇÃO EX-OFFICIO

Número de ———	Item XVIII (IS).
---------------------	------------------

VIAS DA FICHA DE INSCRIÇÃO

Número de ———	Item IX (IS).
---------------------	---------------

VIAS DO MEMORANDO MODELO D

Número de ———	Item XVIII (IS).
---------------------	------------------

VIAS DO REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO	Item VII, a (IS).
--	-------------------

VIGÊNCIA DA LEI 4.503, DE 30-11-1964

1º de janeiro de 1965	Art. 22 (L).
-----------------------------	--------------

VIGÊNCIA DO ART. 6º DO REGULAMENTO DO C.G.C.

1º de janeiro de 1966	Art. 34 (R).
-----------------------------	--------------

VIGÊNCIA DO DECRETO 55.771, DE 19-2-1965

Da data da publicação (D.O. de 22-2-65)	Art. 5º (RDAr).
---	-----------------

VIGÊNCIA DO DECRETO 57.307, DE 23-11-1965

Da data da publicação (D.O. de 29-11-65)

De 1º de janeiro de 1966 quanto ao disposto no art. 6º do Regulamento	Art. 34 (R).
---	--------------